

O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político*

Cássio Frederico Camargo Rolim**

*"...e ninguém nem percebia que o real e a fantasia,
se separam no final..."*

Vital Farias

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura defender o argumento de que estão se configurando no Estado do Paraná duas grandes regiões econômicas, decorrentes do processo geral de divisão territorial do trabalho em andamento no Brasil, que podem ser denominadas de Paraná Urbano e Paraná do Agrobusiness, havendo cada vez menos interdependência entre elas.

A compreensão desse processo terá que ser buscada no quadro geral da divisão espacial do trabalho no Brasil e nas transformações que ela impõe à estrutura produtiva do estado. Em consequência, esse fenômeno, uma vez que em termos político-administrativos o estado

* Este texto é uma ampliação das idéias contidas em ROLIM, C. F. C. *O Paraná atual e o próximo quadriênio : da sociedade que temos para a sociedade que desejamos*. Curitiba : s.n., 1994. Texto preparado para seminário com o mesmo nome, promovido pela Associação Paranaense de Imprensa.

** Economista, Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná.

é uma unidade, torna cada vez mais difícil o estabelecimento de um grande projeto político de desenvolvimento para o Paraná.

O artigo inicia com um breve enquadramento teórico do tema, resume as principais transformações ocorridas no estado nas últimas décadas, que estão na gênese dos dois Paranas, e aponta, dentro de um quadro prospectivo, os principais elementos para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento para o estado.

1 DIVISÃO ESPACIAL DO TRABALHO

A estruturação territorial de uma sociedade decorre das grandes transformações que ela sofre. Assim, por exemplo, uma sociedade colonial irá ter uma determinada rede de cidades, mais ou menos articuladas de acordo com a funcionalidade daquele momento. Essa rede irá ter uma forma completamente diferente, embora influenciada por esse momento, quando ela se transformar em uma sociedade industrial.

Essas transformações estão associadas aos movimentos na divisão social do trabalho, que na sua marcha estabelece os processos que redundarão nas alterações da espacialidade dessa sociedade.

A cada movimento social, possibilitado pelo processo de divisão do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas para atender a novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes. Daí a estreita relação entre divisão social do trabalho, responsável pelos movimentos da sociedade, e a sua repartição espacial.¹

Assim, o conceito de divisão territorial/espacial do trabalho refere-se à espacialidade da divisão social do trabalho. Ele está relacionado com a formação de subunidades de produção com uma certa especialização, em âmbitos territoriais restritos e diferenciáveis, pertencentes a um sistema de produção social. A noção conceitual de região é estratégica para esse conceito, não obstante as dificuldades existentes para a sua elaboração. No entanto, uma vez decifrados os processos gerais da espacialidade de uma determinada sociedade, é possível delimitar concretamente as suas regiões, já que as entendemos como o *locus* de um determinado subprocesso social ou como uma área onde determinadas características tenham uma relativa homogeneidade.² Essa regionalização concreta é mutável, uma vez que está refletindo um momento particular do processo de divisão do trabalho.

¹ SANTOS, M. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979. p.40.

² CORAGGIO, J. L. *On social spaceness and the concept of region*. Cambridge: s.n., 1980. Trabalho apresentado no First World Regional Science Congress, Cambridge, Mass.

Por outro lado, é inerente ao sistema capitalista a incorporação de novas áreas, tanto para permitir a expansão dos mercados como para garantir fornecimento de insumos, o que implica a ampliação para a escala mundial de uma base territorial extrema e complexamente interligada. Os elementos de articulação desses territórios são as cidades. É através de sistemas urbanos que o processo se desenvolve; sistemas esses que também assumem formas particulares associadas aos momentos da divisão social do trabalho. Na atual fase do capitalismo, esses sistemas são dominados pelas cidades de porte metropolitano, que estabelecem interdependências entre si muito mais intensas que aquelas estabelecidas com centros das suas áreas de influência imediata.³

Nessa perspectiva, pode-se dizer que uma região integra-se ao sistema à medida que se especializa e passa a estabelecer fluxos de mercadorias e financeiros com o resto do sistema. Os processos dessa integração, no entanto, são determinados pelas particularidades de cada região.

É fato conhecido que a industrialização redundou em profundas transformações na espacialidade da sociedade brasileira. Após quase três séculos de "monocultura, trabalho escravo e grande propriedade" moldando as ilhas regionais, a industrialização sob a égide do Centro-Sul, particularmente São Paulo, dá a tônica para o estabelecimento de uma economia verdadeiramente nacional.⁴ Esse processo implicou inicialmente a integração das várias regiões brasileiras na perspectiva comercial, que significou em grande parte a destruição de muitas das atividades, inclusive industriais, previamente existentes, e, posteriormente, uma integração produtiva que ainda se encontra em andamento.⁵ As características mais marcantes do processo datam dos anos 50 e 60 e se refletiram no aumento das atividades agrícolas no Sul e no Nordeste e das industriais no Sudeste, além de mudanças qualitativas dentro de cada região. Nesse período a intensidade do processo era particularmente acentuada no Nordeste. O Paraná vivia o período da ocupação intensiva do norte do estado motivada pela expansão da cafeicultura paulista (tabela 1).

O processo acelerou-se nos anos setenta sob o domínio do "milagre econômico", criando as bases para as transformações que estão em curso neste fim de século. Iniciou-se um processo de desconcentração a partir do Sudeste, com novas regiões também recebendo importantes investimentos industriais, como o caso de Minas Gerais, Bahia e mesmo o Paraná. Também ocorreram importantes mudanças qualitativas na atividade agrícola, com a introdução de culturas tecnificadas estabelecidas sob a égide de um novo tipo

³ Para maiores detalhes, vide ROLIM, C. F. C. *Crise econômica e sistema urbano: a trajetória espacial da crise brasileira do início dos anos oitenta*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado), USP/FEA.

⁴ A matriz desses argumentos está em OLIVEIRA, F. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

⁵ Vários autores trataram dessa temática. Uma síntese pode ser encontrada em GUIMARÃES NETO, L. *Desigualdades regionais e federalismo*. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP: UNESP, 1995.

de relacionamento entre agropecuária e indústria, crédito e pesquisas abundantes, que propiciaram técnica e financeiramente a ocupação de novas áreas e a transformação daquelas tradicionais. As transformações na agricultura paranaense vindas com a soja e o trigo são fruto dessas determinações.

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS NO PIB - 1970/1985

REGIÕES	1970	1975	1980	1985
Norte	2,16	2,05	3,18	3,87
Nordeste	11,71	11,0	11,9	13,06
Sudeste	65,55	64,86	62,28	57,60
Sul	16,71	17,90	16,98	16,70
Centro-Oeste	3,87	4,11	5,59	8,77
Brasil	100	100	100	100

FONTE: IBGE

A tendência à desconcentração a partir do Sudeste, particularmente São Paulo, estabelece-se em decorrência tanto da incorporação e transformação de novas áreas como, nos períodos mais recentes, da crise da economia nacional, que por ser uma crise urbano-industrial afetou com mais intensidade o seu núcleo. Essa desconcentração privilegiou especialmente áreas do Centro-Oeste, Norte e Nordeste (ver tabela 1).

As formas desta nova redivisão espacial do trabalho ainda não estão sendo totalmente reconhecidas e muito menos explicadas. Existem muitas incógnitas sobre essas dinâmicas. Por exemplo, o predomínio das regiões metropolitanas na localização da indústria; o impacto de grandes projetos, especialmente na região Norte; a "migração" de certos cultivos, como a soja e o café; novas fronteiras agrícolas, como o oeste da Bahia e o sul do Piauí etc.

Por outro lado, houve um momento, na segunda metade dos anos oitenta, em que alguns entenderam que o processo havia se completado e que ao invés de questões regionais apenas existiam questões nacionais.⁶ Aparentemente, a temática teria deixado de interessar enquanto problema científico; no entanto, ela prosseguiu, pois vários analistas,⁷ mesmo reconhecendo o forte processo de integração vivido pela economia brasileira, entendiam que as diversas regiões participaram dele de forma diferente, de tal modo que persistiam as diferenças regionais, os espaços mais e os menos integrados, cujas formas dependem das especificidades de cada região, das possibilidades da intervenção do Estado, da disponibilidade de recursos naturais e das chances de inserção na matriz produtiva nacional.

⁶ Para uma discussão defendendo argumentos opostos, vide CARLEIAL, L. M. F. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1993.

⁷ Nessa época foi formado um grupo composto principalmente por professores do CME-CAEN da UFC e do CEDEPLAR da UFMG, que em reuniões bianuais manteve a discussão, tendo publicado três livros. Atualmente a questão é intensamente debatida e existem novos grupos em formação, como por exemplo o da FUNDAP, em São Paulo.

Um dos principais problemas a dificultar um melhor entendimento desses processos localiza-se na apreensão do que aconteceu na década de oitenta. É sabido que essa década, por mais que tenha sido estudada, ainda não o foi suficientemente diante de sua complexidade. Correspondeu a um período de profunda estagnação, mas mesmo assim viveu alterações que podem ser resumidas como segue:

- a) pela primeira vez, desde a década de cinquenta, o responsável pelo crescimento do emprego deixa de ser o setor industrial para ser o terciário;⁸
- b) o setor industrial teve seu dinamismo devido ao desempenho da indústria extrativa e da mineração, enquanto a transformação industrial manteve-se estagnada;⁹
- c) a formação bruta de capital dos setores público e privado foi reduzida drasticamente;
- d) importantes alterações ocorreram na agricultura, notadamente a modernização centrada na agroindústria e as modificações causadas pelos chamados grandes projetos.

Vários trabalhos têm mostrado que as resultantes do processo criaram novos espaços ao longo do território nacional. Desarticularam o Nordeste, criando subespaços dinâmicos e mantendo outros em secular estagnação; alteraram a expansão da fronteira agrícola que, ao invés de continuar pelo Mato Grosso em direção à Amazônia, agora caminha pelo oeste baiano em direção ao sul do Piauí e Maranhão etc. Também elegeram um vasto território onde potencialmente estariam as atividades mais importantes em um novo ciclo de expansão da economia brasileira. Essas atividades têm como centro dinâmico a região metropolitana de São Paulo e estão concentradas territorialmente em uma vasta área organizada a partir dela, que vai, grosso modo, do Vale do Itajaí a Belo Horizonte, estendendo-se a oeste até Maringá/Londrina e a nordeste até Salvador,¹⁰ também tendo como partes importantes as regiões metropolitanas. Nesse conjunto encontram-se a maior parte do PIB e da população brasileira e também os dois Parás: o urbano e o rural.

Trabalhos recentemente concluídos¹¹ complementam esse quadro, apontando as seguintes questões:

- a falta de informações estatísticas mais apuradas e atuais impede um maior conhecimento dos processos;
- o crescimento da maioria das regiões não foi necessariamente acompanhado de melhorias na qualidade de vida das populações – ainda permanecem grandes desigualdades dentro e entre as regiões;

⁸ CARLEIAL, L. M. F. *Observações sobre a concepção de integração do mercado de trabalho no Brasil*. Fortaleza : UFC/CAEN, 1989. (Texto para discussão, 78).

⁹ DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. *Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil*. In: *PARA a década de 90 : prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília : IPEA/PLAN, 1990. v.3, p.161-199.

¹⁰ Vários trabalhos contribuíram para corroborar essa opinião; os principais entre os economistas. Por ordem de publicação: AZZONI, C.R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo, 1985. Tese (Livres Docência), USP/FEA; ABLAS, L. A. Q. *Desequilíbrios regionais no desenvolvimento brasileiro*. In: ROCCA, C.A. et al. (Org.) *Brasil 1980 : os desafios da crise econômica*. São Paulo : USP/FEA, 1988.; DINIZ, LEMOS, Dinâmica...

¹¹ Começam a ser divulgados os trabalhos de ampla pesquisa realizada pela FUNDAP; o trabalho de GUIMARÃES NETO, *Desigualdades regionais... é uma excelente síntese para estudos introdutórios à temática*.

- a desconcentração foi concentrada setorial e geograficamente – desconcentraram-se plantas, mas os núcleos decisórios mantiveram-se e até aumentaram a concentração;
- a manutenção do processo de desconcentração a partir do Sudeste é uma questão inconclusa – existem fortes argumentos no sentido de que com a retomada do crescimento a concentração seja retomada;
- São Paulo mantém-se e continuará se mantendo – independente da continuidade da desconcentração – como o centro dinâmico da economia nacional;
- o impacto das novas tecnologias não tem ainda claramente delineado um padrão locacional; no entanto, o mais provável é que embora elas acrescentem alguns graus de liberdade às escolhas locacionais, o padrão deverá se manter concentrador;
- a maneira como o Estado vier a encarar a questão regional continuará sendo decisiva;
- a região Sul tende a deixar de ser vista apenas como produtora agropecuária.

Em nível político-administrativo o fato mais notório é o enfraquecimento do poder central, e “fortalecimento” dos governadores, particularmente a partir da Constituição de 1988. As alterações na estrutura tributária reforçaram os governos municipais e estaduais em detrimento do governo central, que perdeu recursos. Esse quadro reflete, na realidade, um esgarçamento na estrutura de poder, cujo maior reflexo é a chamada “guerra fiscal”. Assim sendo, existe, por um lado, o governo federal enfraquecido e, por outro, governadores lutando entre si.¹² É consenso entre os analistas que o elemento determinante nos processos da divisão espacial do trabalho no Brasil foi o Estado, particularmente o governo federal. Assim, o estabelecimento de algum tipo de solução para esses conflitos passará a ser básico para os novos rumos que ela tomará.

Esse quadro faz com que seja necessária uma extrema prudência na incorporação dessas evidências no movimento das regiões brasileiras. Dada a natureza crítica da economia neste período, nenhum desses movimentos pode ser considerado como definitivo e/ou definidor de mudanças efetivas.

Na seção seguinte serão vistas as particularidades desse processo no território constituído pelo Estado do Paraná. Nelas está a gênese dos dois Paranás.

¹²Vide RODRIGUEZ, V. *Os interesses regionais e a federação brasileira. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.15, n.2, p.338-352, 1994.*

2 A GESTAÇÃO DOS DOIS PARANÁS: A BASE ECONÔMICA

As bases da atual estrutura produtiva do Paraná foram lançadas nos anos setenta. A modernização da agricultura, e a agroindústria, mais o surgimento da nova indústria desvinculada dessas atividades e as grandes migrações para fora do estado ocorreram nesse período. Esses processos, grosso modo, prosseguiram nos anos oitenta, acentuando a conformação dos dois Paranás.

2.1 A DÉCADA DE SETENTA

No que se refere à agropecuária, a característica foi a concentração fundiária, a introdução de culturas mecanizadas e grande evolução tecnológica. Também ocorreu “substituição de culturas do tipo ‘colonial’ (isto é, baseadas na utilização de terras recém-desmatadas e em técnicas relativamente primitivas, basicamente café) por culturas ‘nobres’, como a soja e o trigo, tecnicamente ‘modernas’.”¹³

A grande transformação na pauta de produtos da agricultura paranaense, baseada na soja e no trigo (tabela 2), decorreu de um processo complexo ocorrido em nível nacional, que correspondeu a uma transformação nas relações existentes entre indústria e agropecuária, em que a indústria representava o setor dinâmico dominante. Por outro lado, os locais onde existiam condições prévias – terras férteis, infra-estrutura, agricultura em padrões capitalistas etc. – que permitissem responder aos estímulos, como era o caso do Paraná, foram aqueles privilegiados pelo processo.

TABELA 2 - VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA NA ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NO PARANÁ - 1970-1980

PRINCIPAIS PRODUTOS	VARIAÇÃO ABSOLUTA (ha)	VARIAÇÃO PERCENTUAL
Algodão	-111 413	-24.9
Arroz	-62 191	-13.4
Café	-148 400	-14.2
Cana-de-açúcar	23 222	63.2
Feijão	24 849	3.2
Milho	281 691	15.0
Soja	2 115 789	695.5
Trigo	1 312 402	456.3

FONTE: SEAB/DERAL

NOTA: Extraído de IPARDES. Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1982. p.26.

¹³GERMER, C. M.
Anotações sobre os
resultados preliminares
do Censo Demográfico 1985.
Análise Conjuntural,
Curitiba : IPARDES, v.9,
n.12, p.1-7, dez. 1987. p.1.

Essa modernização implicava também a utilização de insumos modernos oriundos da atividade industrial, como máquinas, tratores, implementos, sementes selecionadas, esquemas sofisticados de comercialização e financiamento, que começavam também a mudar qualitativamente o tipo de atividade industrial existente no Paraná. Até então o estado nem participava das amostragens sobre a indústria brasileira. Aqui existia fundamentalmente a produção de alimentos, assim mesmo em fases elementares de manufatura (beneficiamento de café, erva-mate, algodão), além de madeireiras, que basicamente apenas davam o primeiro tratamento da madeira. A partir de então,

[...] o dinamismo agropecuário possibilita a expansão de setores processadores de seus produtos, tais como: óleos vegetais, frigoríficos, alimentos em geral, madeira, rações, fibras vegetais, etc. Em suma, acoplada à agropecuária, quer fornecendo máquinas e insumos, quer processando sua produção, desenvolve-se a principal vertente da indústria paranaense, diversificando a produção nos gêneros anteriormente existentes bem como implantando novos gêneros industriais.¹⁴

Nasce uma nova indústria, ainda de base agropecuária, na sua maioria oriunda de capitais não paranaenses.

Se, por um lado, aquele era o momento do surgimento do moderno agrobusiness na economia brasileira, sendo o Paraná um dos seus espaços, ainda vivia-se no Brasil o ciclo expansivo do “milagre econômico”, em que se verificava uma tendência à desconcentração das atividades econômicas, em especial das industriais, a partir de São Paulo. Esse foi o período da expansão industrial em direção a Belo Horizonte, Salvador etc. Também foi o período em que começam a ser feitos investimentos no Paraná, especialmente na Região Metropolitana de Curitiba, em setores industriais novos, desvinculados da base agropecuária do estado e mais voltados para a grande indústria nacional centrada na Região Metropolitana de São Paulo. O surgimento desses novos segmentos industriais no Paraná foi inicialmente percebido como decorrente das transformações da base agropecuária, especialmente aqueles vinculados ao gênero mecânica. No entanto, o seu detalhamento mostrava a grande participação de atividades que nada tinham a ver com a agroindústria.¹⁵

As transformações na base produtiva implicaram, como já foi dito, profundas alterações na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo. A concentração fundiária e a proletarianização dos agricultores, por sua vez, resultaram na reversão dos fluxos migratórios. O Paraná, a grande região de destino nos anos cinquenta e

¹⁴ IPARDES. *Paraná: economia e sociedade*. Curitiba : IPARDES, 1982. p.51.

¹⁵ Para um detalhamento desse ponto, vide ROLIM, C. F. C. *Subsídios para a formulação do Programa de Investimentos na Região Metropolitana de Curitiba*. Curitiba : COMEC, 1987.

sessenta, acabou se transformando na grande região de saída de migrantes no Brasil, na década de 70 e nos anos oitenta.

Estima-se que cerca de 1,3 milhão de pessoas deixou o estado na década de setenta, sendo que aproximadamente 700 mil dirigiram-se ao estado de São Paulo e as demais deslocaram-se para outras partes do País, especialmente Amazônia e Mato Grosso do Sul.¹⁶ A maioria absoluta desses migrantes saiu de áreas rurais da região Norte do Estado, a área do café, e apenas cerca de 1/10, do Oeste, a região da soja.¹⁷ A modernização da agricultura e a conseqüente concentração fundiária são elementos importantes para a explicação do fenômeno. No entanto, embora nem sempre considerada pelos analistas do período, a geada negra de 1975, que liquidou com a cafeicultura, desempenhou papel decisivo nesse processo.¹⁸

A maioria dos municípios do Norte teve perda absoluta de população. O único crescimento do estado foi, praticamente, o ocorrido na Região Metropolitana de Curitiba e em algumas áreas próximas a ela, que viriam a ser consideradas na década seguinte "fronteira de expansão" interna.

Se o Paraná fosse um pequeno país, poderíamos pensar que esse volume de migração rural resultaria em um grande incremento da urbanização. De fato, a população paranaense tornou-se predominantemente urbana nessa década, mas não por esse motivo. Em grande parte foi um fenômeno estatístico decorrente desse fabuloso deslocamento da população rural para fora do estado e pelo fato de a Região Metropolitana de Curitiba apresentar a maior taxa de crescimento da década entre as demais regiões metropolitanas. Crescimento resultante muito mais da dinâmica própria metropolitana que das transformações ocorridas no restante do estado (tabelas 3 e 4).

TABELA 3 - POPULAÇÃO, TAXA DE CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA, POR GRANDES REGIÕES, NO PARANÁ - 1970/1991

REGIÕES	POPULAÇÃO			TAXA DE CRESCIMENTO		PARTICIPAÇÃO RELATIVA		
	1970	1980	1991 ⁽¹⁾	1970/80	1980/91	1970	1980	1991 ⁽¹⁾
RMC	821 233	1 440 626	1 975 624	5,62	2,87	11,85	18,83	23,48
Norte	3 691 940	3 149 611	3 175 691	-1,59	0,07	53,28	41,29	37,73
Extremo Oeste/Sudoeste	1 198 940	1 481 958	1 491 514	2,12	0,06	17,30	19,42	17,72
Paraná Tradicional	1 217 903	1 557 197	1 772 830	2,46	1,18	17,57	20,41	21,07
TOTAL	6 929 868	7 629 392	8 415 659	0,96	0,89	100	100	100

FONTES: Censo Demográfico - IBGE, IPARDES

NOTA: Extrato de SOARES, AZZOLINI, Nota sobre os resultados...

(1) Resultados preliminares.

¹⁶ SOARES, M. D.; AZZOLINI, R. N. *Nota sobre os resultados preliminares do Censo de 1991. Análise Conjuntural*, Curitiba: IPARDES, v.14, n.1-2, p.3-6, jan./fev.1992.

¹⁷ MAGALHÃES, M. V. *A migração no Paraná nas duas últimas décadas: um balanço preliminar. Análise Conjuntural*, Curitiba: IPARDES, v.14, n.11-12, p.3-9, nov./dez.1992.

¹⁸ Para maiores detalhes, vide ROLIM, C. F. C. *A população brasileira: crescimento e distribuição espacial nas últimas décadas*. S.L.: s.n., 1982.

TABELA 4 - ESTIMATIVA DE SALDOS MIGRATÓRIOS E DE TAXAS DE MIGRAÇÃO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, SEGUNDO AS REGIÕES DO PARANÁ - 1970/1980 - 1980/1991

REGIÕES	1970/1980					
	TOTAL		Urbano		Rural	
	SM	TLM	SM	TLM	SM	TLM
RMC	407 896	28,3	506 446	38,2	-98 550	-85,4
Norte	-1 627 792	-51,7	306 014	17,4	-1 933 806	-139,3
Oeste	-119 013	-8,0	347 607	53,4	-466 620	-56,2
Paraná Tradicional	-31 547	-2,0	168 198	22,9	-199 745	-24,3
TOTAL	-1 370 456	-18,0	1 328 265	29,7	-2 698 721	-85,5

REGIÕES	1980/1991					
	TOTAL		Urbano		Rural	
	SM	TLM	SM	TLM	SM	TLM
RMC	263 429	13,2	282 442	15,1	-19 013	-15,3
Norte	-681 351	-21,4	242 824	10,3	-924 175	-112,6
Oeste	-386 473	-25,9	131 279	13,8	-517 752	-95,9
Paraná Tradicional	-163 357	-9,2	115 482	11,4	-278 839	-36,5
TOTAL	-967 752	-11,5	772 027	12,5	-1 739 779	-77,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico - IBGE

NOTA: Extraído de MAGALHÃES, A migração...

2.2 A DÉCADA DE OITENTA

2.2.1 O Paraná e o Brasil

Os anos oitenta no Paraná têm sido vistos como uma década em que duas grandes tendências estiveram presentes: na primeira metade da década, o estado cresceu próximo ao crescimento nacional, quando não esteve em pior situação que o País, e na segunda tendeu a ter um desempenho melhor que o Brasil.

Os principais trabalhos sobre os anos oitenta, que compararam o desempenho do Brasil com o do Paraná, detalharam-nos como se segue.¹⁹ Durante a recessão dos primeiros anos, o Paraná não foi grandemente prejudicado em decorrência do desempenho favorável da agropecuária e de alguns ramos industriais como o produtor de alimentos e a indústria química, não obstante a profunda crise da indústria de construção civil.

A recuperação de 84-85 não teria ocorrido de forma abrangente no Paraná devido à crise na agropecuária e nos principais ramos industriais do estado. No entanto, 1985 foi um período de expansão exatamente pela recuperação da agropecuária e dos setores industriais a ela vinculados.

¹⁹ IPARDES. *Diagnóstico da base produtiva do Paraná - anos 80*. Curitiba: IPARDES, 1991. p.22-28 parece ser a matriz desses trabalhos.

Em 1986, quando o País crescia a mais de 7%, novamente o Paraná estava em crise decorrente de problemas climáticos, que causaram a quebra da produção agropecuária.

Durante o desaquecimento da economia nacional iniciado em 1987 até a recuperação do segundo trimestre de 1989, o Paraná teria experimentado períodos de grande expansão (1987) e crise (1988), sempre em decorrência dos sucessos e insucessos da agropecuária e das agroindústrias, destacando-se os acontecimentos com o café e o milho.

Na recuperação de 89, o Paraná tem o seu desempenho associado ao café e às indústrias a ele vinculados, e às indústrias mecânica, papel e papelão e material de transporte.

Essas análises são feitas a partir da comparação das taxas de crescimento real dos produtos, total e setorial, do Brasil e do Paraná. Como elas tendem a apresentar o período após 1985 de maneira um tanto otimista, a primeira impressão é a de um aumento da participação do Paraná no conjunto nacional, uma vez que suas taxas de crescimento são maiores que as do Brasil.

Esses cálculos tendem a ser superestimados em decorrência de problemas metodológicos na estimativa do produto real do Paraná. Embora os cálculos do produto nominal sejam coerentes com aqueles feitos em nível nacional pelo IBGE para os estados, as estimativas do produto real feitas no Paraná, por problemas metodológicos de deflacionamento, particularmente no setor serviços, fazem com que o estado no final da década e início dos anos noventa tenha uma participação no PIB nacional que só seria possível com a anexação de metade do Estado de Santa Catarina.²⁰

Assim sendo, para complementar esses trabalhos, pode-se fazer uma análise cujo foco esteja nos ganhos e perdas relativos do estado no contexto nacional. O indicador utilizado será obtido através da participação do Paraná na economia brasileira medida em termos nominais.

Dessa forma, no início da década, apresentado como um período relativamente estável, o Paraná perde posição relativa e depois recupera uma parte em 1983. Em 1984, o Brasil cresce e o Paraná tem taxas negativas, não obstante consiga um certo ganho relativo. Já em 85, apesar de uma taxa de crescimento que é quase o dobro da brasileira, há uma perda de participação. Há uma grande perda em 1986; 1987 e 1988 são anos de ganhos; e na recuperação de 89 inicia-se no Paraná um período de perdas que só dá sinais de recuperação a partir de 1993 (tabela 5).

²⁰ Vide ROLIM, C. F. C. *No final das contas como vai o Paraná? Indústria & Comércio*, Curitiba, 1994; ROLIM, C. F. C., *O Paraná atual...*

TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PIB BRASILEIRO - 1980-1993

ANO	BRASIL ⁽¹⁾	PARANÁ ⁽¹⁾	PR/BR ⁽²⁾	VARIÇÃO ESPERADA	VARIÇÃO OBSERVADA	VARIÇÃO NA PARTICIPAÇÃO
1980	9,2	22,9	6,69			
1981	-4,5	6,4	6,74	+	+	0,75
1982	0,6	-9,5	6,22	-	-	-7,03
1983	-3,4	2,2	6,55	+	+	5,31
1984	5,3	-1	6,63	-	+	1,22
1985	7,9	15,8	6,51	+	-	-1,81
1986	7,5	0,9	5,93	-	-	-8,91
1987	3,6	22,2	6,4	+	+	7,93
1988	-0,1	-2,6	6,71	-	+	4,84
1989	3,3	4,8	6,31	+	-	-5,96
1990	-4,6	-6,6	6,02	-	-	-4,60
1991	1,1	2,5	5,96	+	-	-1,00
1992	0,9	1,7	5,99	+	+	0,50
1993	5,0	9,1	6,2	+	+	3,51

FONTE DOS DADOS BRUTOS: INDICADORES ECONÔMICOS. Rio de Janeiro : IBGE, jul.1991; PARANÁ: DESEMPENHO MACROECONÔMICO. Curitiba : IPARDES, maio 1994

(1) Taxa de crescimento do produto real.

(2) Participação no PIB nominal.

Fazendo-se uma reperiodização dos anos oitenta, o quadro de perdas e ganhos de participação relativa do Paraná na economia nacional ficaria da seguinte forma:

- a) até 1982, período de perdas;
- b) 83-84, ganhos;
- c) 85-86, perdas;
- d) 88-92 um longo período de declínio, sendo que entre 89 e 91 ocorrem perdas absolutas, em 92 uma estagnação e reversão de tendência;
- e) recuperação da participação em 93, porém abaixo dos níveis do início da década.

Para o setor agropecuário pode-se observar ganhos em 81; perdas entre 82 e 83; novamente ganhos em 84 e 85, e a partir de 86 alternam-se perdas e ganhos. O importante a salientar é a tendência declinante da participação do Paraná no PIB agropecuário nacional (tabela 6) – tema que será retomado mais adiante.

Para a indústria como um todo, o fato notável é o longo período de perdas de participação entre 1984-86 e a recuperação em 87 e 88. É como se a indústria paranaense caminhasse em sentido oposto ao da indústria nacional – ela aumenta sua participação nos períodos de crise e perde nos períodos de expansão do restante da indústria brasileira. A rigor, fica abaixo do patamar dos 4% do início da década durante quase todo o período, só voltando a esse patamar no final, a partir de 1988 (tabela 7).

TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PIB BRASILEIRO - AGROPECUÁRIA - 1980-1990

ANO	BRASIL ⁽¹⁾	PARANÁ ⁽¹⁾	PR/BR ⁽²⁾	VARIÇÃO ESPERADA	VARIÇÃO OBSERVADA	VARIÇÃO NA PARTICIPAÇÃO
1980	...	...	12,09			...
1981	7,97	11,7	13,13	+	+	8,60
1982	-0,53	-8,3	11,86	-	-	-9,67
1983	-0,62	6,7	10,65	+	-	-10,20
1984	3,6	-2,4	11,1	-	+	4,23
1985	11	25,4	11,92	+	+	7,39
1986	-9,74	-16,3	9,82	-	-	-17,62
1987	16,72	53,3	11,29	+	+	14,97
1988	1,08	-9,7	9,82	-	-	-13,02
1989	3,69	1,5	10,7	-	+	8,96
1990	-4,96	-9,7	...			...

FONTE DOS DADOS BRUTOS: INDICADORES ECONÔMICOS. Rio de Janeiro : IBGE, jul.1991;
 PARANÁ: DESEMPENHO MACROECONÔMICO. Curitiba :
 IPARDES, maio 1994

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Taxa de crescimento do produto real.

(2) Participação no PIB nominal.

TABELA 7 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PIB BRASILEIRO - INDÚSTRIA - 1980-1990

ANO	BRASIL ⁽¹⁾	PARANÁ ⁽¹⁾	PR/BR ⁽²⁾	VARIÇÃO ESPERADA	VARIÇÃO OBSERVADA	VARIÇÃO NA PARTICIPAÇÃO
1980	...	...	4,5			...
1981	-8,85	4	4,72	+	+	4,89
1982	0,02	-10,7	3,88	-	-	-17,80
1983	-5,33	-0,3	4,3	+	+	10,82
1984	5,67	-2	3,78	-	-	-12,09
1985	7,57	11,5	3,71	+	-	-1,85
1986	11,65	6,5	3,38	-	-	-8,89
1987	1,17	11,3	3,63	+	+	7,40
1988	-2,9	1,8	4,32	+	+	19,01
1989	3,14	4,8	4,02	+	-	-6,94
1990	-8,3	-4,8	...			...

FONTE DOS DADOS BRUTOS: INDICADORES ECONÔMICOS. Rio de Janeiro : IBGE, jul.1991;
 PARANÁ: DESEMPENHO MACROECONÔMICO. Curitiba : IPARDES,
 maio 1994

NOTA: Sinal convencional utilizado:

...Dado não disponível.

(1) Taxa de crescimento do produto real.

(2) Participação no PIB nominal.

O setor com desempenho mais surpreendente é o comércio (tabela 8). Com a exceção de 1986 e 1989, ganhou participação ao longo de toda a década, tendendo a dobrar a sua participação no PIB brasileiro. O quadro 1 sintetiza o que foi discutido acima.

O senso comum procura mostrar que o crescimento das atividades comerciais está vinculado ao desempenho das atividades agropecuárias e industriais, uma vez que os bens produzidos por esses setores é que são objeto da comercialização. É com base nesse argumento que se estrutura a metodologia de cálculo do PIB real do setor. No entanto, mesmo que isso possa ter alguma validade em nível nacional, na análise regional é bastante questionável. O setor, embora

tenha seu dinamismo impulsionado pelos demais setores, também possui uma parcela autônoma decorrente do volume de rendas que ele próprio gera, bem como das rendas decorrentes das várias formas de transferências líquidas, públicas e privadas que a região recebe. De outra forma, como explicar que, não obstante a agropecuária do Paraná estar tendendo a perder participação no PIB agropecuário nacional e a indústria a duras penas conseguir manter a sua participação, o comércio encaminha-se para dobrar a sua participação?

TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PIB BRASILEIRO - COMÉRCIO - 1980-1990

ANO	BRASIL ⁽¹⁾	PARANÁ ⁽¹⁾	PR/BR ⁽²⁾	VARIAÇÃO ESPERADA	VARIAÇÃO OBSERVADA	VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO
1980	...	...	11,65			...
1981	-6,17	4,7	11,94	+	+	2,49
1982	0,32	-8,8	13,02	-	+	9,05
1983	-3,75	2	14,79	+	+	13,59
1984	3,56	1,4	15,16	-	+	2,50
1985	6,96	12,1	17,71	+	+	16,82
1986	7,82	8,3	16,13	+	-	-8,92
1987	2,74	9,9	18,46	+	+	14,45
1988	-3,01	-2,1	21,12	+	+	14,41
1989	3,27	6,6	18,48	+	-	-12,50
1990	-6,62	-6,7	...			...

FONTE DOS DADOS BRUTOS: INDICADORES ECONÔMICOS. Rio de Janeiro : IBGE, jul. 1991;

PARANÁ: DESEMPENHO MACROECONÔMICO. Curitiba :

IPARDES, maio 1994

NOTA: Sinal convencional utilizado:

...Dado não disponível.

(1) Taxa de crescimento do produto real.

(2) Participação no PIB nominal.

QUADRO 1 - VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO - 1981-1993

ANO	PIB	AGROPEC.	INDÚSTRIA	COMÉRCIO
1981		+	+	+
1982		-	-	+
1983		+	-	+
1984		+	+	+
1985		-	+	+
1986		-	-	-
1987		+	+	+
1988		+	-	+
1989		-	+	-
1990		-		
1991		-		
1992		+		
1993		+		

FONTE: Tabelas 5, 6, 7 e 8

Como os valores nominais do PIB paranaense só estão disponíveis até 1989, a análise não pode ser estendida para períodos mais recentes. Observe-se também que, contrariando opiniões correntes sobre a importância do setor agropecuário para o desempenho do PIB paranaense, o setor, por si só, não consegue determinar a sua dinâmica. Esta análise reforça a interpretação de que, desafortunadamente, na segunda metade dos anos oitenta o Paraná teve uma trajetória menos gloriosa do que a normalmente apresentada. Esses eventos serão vistos em escala setorial – ainda que sinteticamente – nas seções abaixo.

2.2.2 A Agropecuária dos Anos 80

A agricultura paranaense dos anos oitenta pode ser focalizada sob dois aspectos: por um lado, a produção manteve um desempenho relativamente razoável, mas, por outro lado, os responsáveis por ela – produtores e trabalhadores – não viveram uma década tão promissora.

A produção apresentou razoáveis diferenças em relação aos anos setenta. Enquanto nessa década o café ainda dominava, a soja começava ruidosamente a despontar no cenário; nos anos oitenta, consolida-se o predomínio da soja, mas ao lado dela outros tornam-se importantes.

A soja, a cultura mais dinâmica dos anos setenta, pela qual foram introduzidos os principais elementos que levaram às transformações qualitativas da agricultura paranaense, teve o seu dinamismo arrefecido na década de oitenta. Ainda é o principal produto no que se refere ao valor da produção, mas já não possui o mesmo dinamismo, encontrando-se relativamente estabilizada. O Paraná, no início dos anos oitenta, detinha cerca de 25% da área colhida e 35% da produção brasileira. No final da década seu desempenho cai para 18% e 22%, respectivamente.²¹

O trigo foi o produto que teve maior crescimento ao longo dos anos 80, quase dobrando a sua participação no produto estadual. Esse crescimento ocorreu tanto em termos de área plantada como de aumento da produtividade. No entanto, o final da década começa a assistir à derrocada da produção, decorrente da mudança da política para o setor, que hoje é praticamente 1/5 na média do período 1986-88. Este fato é particularmente importante à medida que contribui para a redução da economicidade da produção de soja, “por

²¹URBAN, M. L.; RAGGIO, N. Z. *Complexo soja no Paraná : situação atual. Análise Conjuntural*, Curitiba : IPARDES, v.9, n.9, p.6-8, set. 1987; URBAN, M. L.; RAGGIO, N. Z. *Complexo soja no Paraná : perspectivas. Análise Conjuntural*, Curitiba : IPARDES, v.9, n.11, p.3-5, nov. 1987.

fazer sucessão à cultura de soja e utilizar a mesma estrutura de produção, o trigo se constitui num importante auxiliar para a redução dos custos fixos da propriedade agrícola e sua conseqüente viabilização".²²

O algodão também apresentou notável desempenho na década. Essa expansão foi estimulada tanto pelas cooperativas como pelo governo estadual. Mesmo quando, no final da década, a produção começa a decair nos demais estados produtores da região Centro-Sul, quando da liberação das importações, no Paraná ela ainda se mantém, só vindo a sofrer sérios abalos já nos anos 90, quando, além da concorrência das importações *in natura*, começam as importações maciças de produtos derivados.

O café, que foi o grande produto paranaense, responsável por um dos maiores movimentos migratórios ocorridos no Brasil, a ocupação do Norte do Paraná, continuou o seu processo de decadência. Esse processo já vinha da década passada, especialmente acelerado com a *geada negra* de 1975. O Paraná deixa de ser o primeiro produtor nacional em detrimento de novas áreas como Minas Gerais e Espírito Santo. Ao longo dos anos 80, no entanto, o que restou da cafeicultura paranaense apresentou índices de produtividade mais elevada, uma vez que eram plantações mais novas. Assim, no final da década de oitenta o café ainda tem alguma importância no estado,²³ o que vai deixar de ocorrer em períodos mais recentes.

TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS NA PRODUÇÃO BRASILEIRA - 1979/1981 - 1988-1990

PRINCIPAIS PRODUTOS	PRODUÇÃO PARANÁ (t)		PRODUÇÃO BRASIL (t)		PARANÁ/ BRASIL (%)		POSIÇÃO PRODUÇÃO NAC.	
	1979-1981	1988-1990	1979-1981	1988-1990	1979-1981	1988-1990	1979-1981	1988-1990
Algodão	537 102	881 535	1 681 270	2 063 549	31,9	42,7	1º	1º
Arroz	472 769	288 511	8 533 086	10 110 861	5,5	2,9	6º	9º
Batata-inglesa	532 351	565 907	2 001 999	2 222 771	26,6	25,5	1º	3º
Café (coco)	493 726	373 645	2 950 785	2 753 620	16,7	13,6	3º	3º
Cana-de-açúcar	4 176 957	12 068 677	147 824 518	261 201 460	2,8	4,6	7º	5º
Feijão	512 199	434 231	2 165 151	2 515 285	23,6	17,3	1º	1º
Milho	4 999 864	5 129 535	19 265 120	24 190 196	25,9	21,2	1º	1º
Soja	4 499 443	4 774 421	13 467 825	20 686 288	33,4	23,1	2º	2º
Trigo	1 296 474	3 243 333	2 612 669	5 663 056	46,1	57,3	1º	1º

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTAS: Extraído de IPARDES, Diagnóstico da base...

Refere-se às médias trienais.

Embora o Paraná ainda se mantenha como o primeiro produtor de feijão, esta é uma cultura que vem tendo perdas de produtividade na década. O estado passa dos 24% da produção nacional no início

²² BEM, J. S. et al. *As principais cadeias produtivas na agropecuária paranaense: diagnóstico prospectivo*. Curitiba: s.n., 1994. Documento elaborado para subsidiar o Plano de Governo Jaime Lerner. p.16.

²³ IPARDES, *Diagnóstico da base...*, p.35.

da década para 17% na média 1988-90. O feijão é essencialmente produzido por pequenos produtores sem condições de investir em melhoramentos tecnológicos, que redundariam em aumento de produtividade.

A cana-de-açúcar foi o produto cuja participação mais cresceu: de sétimo produtor no início da década, o Paraná passou para o quinto lugar. Esse crescimento esteve associado aos incentivos decorrentes do PROÁLCOOL, que também se fizeram sentir nas demais regiões produtoras do Centro-Sul. Com a perda de importância do programa, a cultura também perde parte do seu dinamismo, prosseguindo, contudo, sua expansão.

Na agropecuária, o grande crescimento se deu na avicultura, decorrente do dinamismo imposto pelo estabelecimento de cadeias produtivas com as indústrias processadoras, que redundou na ampliação do mercado interno para o produto e também na expansão das exportações. A suinocultura manteve-se entre estável e decadente. A produção de leite foi na sua quase totalidade comercializada pelas cooperativas. Embora a maior parte da produção esteja no norte do estado, os maiores ganhos de produtividade ocorreram nas bacias leiteiras do sul.

Apesar de alguns analistas²⁴ ainda manterem certo otimismo, o fato é que ao longo da década de oitenta o Paraná perdeu posição na produção brasileira na maioria dos seus principais produtos (tabela 9). As exceções, algodão e trigo, como se verá adiante, foram as culturas que sofreram os piores revezes em decorrência das alterações da política agrícola dos anos 90. Apenas a cana-de-açúcar manteve e até ganhou posição. Essa tendência declinante também foi visível na perda de participação no PIB agropecuário nacional (ver tabela 6).

A situação dos trabalhadores da agricultura – pequenos proprietários e força de trabalho – também parece não ter sido muito favorecida ao longo dos anos oitenta. Dois indicadores são sintomáticos: as estimativas do saldo migratório negativo e o grande índice de pobreza detectado nas áreas rurais.

A concentração fundiária, fortemente presente na década de setenta, também ocorre nos anos oitenta, mas com novas características.²⁵ Embora tenha havido crescimento do número de estabelecimentos, isso se deu naqueles de menores dimensões – até 5 hectares – e por não-proprietários, enquanto ela prosseguiu para aqueles de maior porte, refletindo-se principalmente na redução do número de proprietários.

Esse processo é mais intenso nas áreas de agricultura mais capitalista do Estado, mesorregiões Norte e Oeste. Por outro lado, a

²⁴ IPARDES, *Diagnóstico da base...*, p.37.

²⁵ Vide GERMER.

expansão do número de propriedades (70%), também do emprego, ocorre no Centro-Sul, considerado como uma nova "fronteira de expansão" – decorrente do baixo preço que essas terras exibiam por serem de má qualidade – ocupada por pequenos agricultores oriundos de outras regiões do estado. A falta de novos censos após 1985 impede o prosseguimento da análise. No entanto, tudo leva a crer que o quadro estrutural se mantém.

Esse quadro não é incoerente com as tendências que apontam para a gradativa perda de participação do Paraná no cenário nacional. Mas também não é paradoxal a coexistência de uma agropecuária moderna e capitalizada beneficiária desse processo.

Se, por um lado, houve exclusão e concentração, por outro, foi reforçado o poder dos principais atores gestados a partir da década anterior: cooperativas, grandes empresas e burguesia rural.²⁶ A grande massa de excluídos – pequenos proprietários, trabalhadores, sem-terra etc. – permanecendo desorganizada sustenta-se como simples extras, atores coadjuvantes na melhor das hipóteses.

Este Paraná do Agrobusiness está pouco presente na região Sul-Sudeste do estado (apenas 8% do Valor da Produção em 1985). Esta é a região que abriga primordialmente o Paraná Urbano (tabelas 10 e 11 e mapa 1).²⁷

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS, SEGUNDO MACRORREGIÕES, NO PARANÁ - 1986-1988

MACRORREGIÕES	TRIGO	SOJA	CAFÉ	ALGODÃO	CANA	BATATA	MILHO	FEIJÃO	ARROZ
Grande Norte	47,1	40,8	48,4	66,3	77,6	0,8	26,1	23,5	36,1
Norte Novíssimo	2,0	1,6	48,6	16,0	19,8	0,0	2,7	6,5	11,0
Extremo Oeste	32,4	29,6	2,8	14,9	0,8	0,0	17,0	6,0	9,0
Sudoeste	7,0	9,9	0,0	0,0	1,0	1,6	16,9	17,9	7,4
Centro	8,2	13,2	0,1	2,8	0,6	9,0	24,0	20,1	20,5
Sul-Sudeste	3,3	4,9	0,0	0,0	0,2	88,6	13,3	26,0	16,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: SEAB/DERAL

NOTAS: Extraído de IPARDES, Diagnóstico da base...
Refere-se às médias do triênio 1986-1988.

TABELA 11 - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, DENSIDADE E VALOR DA PRODUÇÃO, SEGUNDO MACRORREGIÕES NO PARANÁ - 1985

MACRORREGIÕES	NÚMERO DE ESTAB.	ÁREA TOTAL		VALOR DA PRODUÇÃO		DENSIDADE PRODUÇÃO Cz\$/ha
		ha	%	Cz\$ mil	%	
Grande Norte	132 071	4 522 577	27	9 448 895	38	2 089
Norte Novíssimo	55 316	2 281 865	14	3 718 539	15	1 630
Extremo Oeste	70 075	1 819 601	11	4 926 575	20	2 708
Sudoeste	57 339	1 061 929	6	2 031 958	8	1 913
Centro	75 563	4 315 286	26	2 813 681	11	652
Sul-Sudeste	76 033	2 697 602	16	1 921 947	8	712
TOTAL	466 397	16 698 867	100	24 861 604	100	1 489

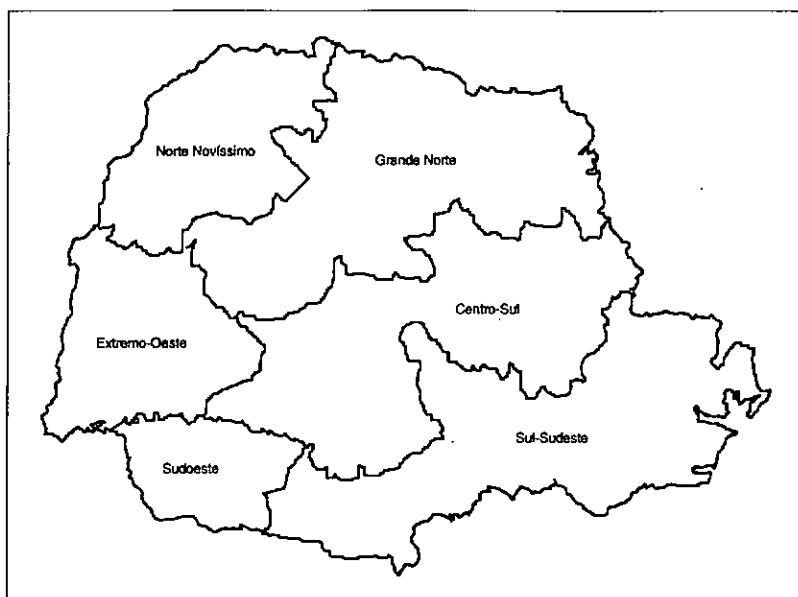
FONTE: SEAB/DERAL

NOTA: Extraído de IPARDES, Diagnóstico da base...

²⁶ MAGALHÃES FILHO, F. B. B. O novo perfil econômico do Paraná. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v.21, n.3, p.95-102, nov.1993.

²⁷ Grande Norte: Norte Velho de Wenceslau Brás, Jacarezinho, Algodoeira de Assaí, Norte Novo de Londrina, Maringá, Apucarana, Campo Mourão; Norte Novíssimo: Paranaval e Umuarama; Extremo-Oeste: Extremo-Oeste; Sudoeste: Sudoeste; Centro: Campos de Ponta Grossa, Jaguariáva, Guarapuava, Alio Ivaí e Pitanga; Sul-Sudeste: Curitiba, Litoral Paranaense, Alto Ribeira, Alto Rio Negro Paranaense, Campos da Lapa, São Mateus do Sul, Irai e Médio-Iguaçu.

MAPA 1 - MACRORREGIÕES NO PARANÁ-1988



FONTE: IPARDES. Diagnóstico da Base Produtiva...

2.2.3 Indústria nos Anos 80

Em estudos anteriores já foram apontadas duas grandes tendências presentes na indústria do Paraná: a transformação da sua estrutura em direção às atividades mais modernas e dinâmicas e a concentração dessas atividades na Região Metropolitana de Curitiba.²⁸ Estudos mais recentes também confirmaram essas tendências.²⁹

O perfil industrial do Paraná começa a mudar, como já foi visto, ainda na década de setenta. Decorreu de dois grandes movimentos: um deles, em consequência das transformações na produção agropecuária, e outro, da expansão da indústria nacional, especialmente daquela localizada na Região Metropolitana de São Paulo. Essa característica é acentuada ao longo dos anos oitenta e início dos noventa, especificando-se cada vez mais as suas origens e consequentes dinâmicas distintas.

Embora entre 1980 e 1985 a participação da indústria paranaense na brasileira tenha permanecido em torno de 4,5% e os gêneros madeira e produtos alimentares, além de minerais não-metálicos, continuem sendo os mais importantes da estrutura industrial do estado, não se pode afirmar que o processo transformador tenha ficado interrompido ainda que temporariamente. As poucas informações disponíveis mostram que as alterações estruturais prosseguiram.

²⁸ ROLIM, C. F. C., *Subsídios...*, p.22-37.

²⁹ ROLIM, C. F. C. *A nova divisão espacial do trabalho no Brasil*. Curitiba : s.n., 1992. *Relatório de Pesquisa para o CNPq*; IPARDES. *Competitividade da indústria paranaense : uma análise setorial*. Curitiba : IPARDES, 1994; OLIVEIRA, E.; CROIX, L. M. *Áreas industriais : uma proposta de inovação na produção de estatísticas*. Rio de Janeiro : IBGE/DGC/DEGEO, 1994.

Além disso, indicam também que o *locus* preferencial dessas mudanças é a Região Metropolitana de Curitiba e que elas referem-se àqueles gêneros mais ligados à dinâmica nacional.

Em 1980, madeira e produtos alimentares respondiam por cerca de 40% do Pessoal Ocupado do Paraná. Em 1985, esses dois gêneros, ainda os mais importantes, respondiam por 34%. A Região Metropolitana já apresentava estrutura diferente: minerais não-metálicos e madeira respondiam por apenas 24% e, em 1985, 25% do Pessoal Ocupado já estava nos gêneros minerais não-metálicos e mecânica. Além disso, aumentava rapidamente a participação de gêneros considerados mais modernos e principalmente mais distantes da base agropecuária do estado na estrutura industrial da Região Metropolitana (tabela 12; gráficos 1 e 2).

Dessa forma, observando-se a composição industrial do Paraná e a da Região Metropolitana de Curitiba, evidenciam-se dois fatos:

- a) há uma lenta transformação da sua estrutura em direção aos gêneros mais modernos;
- b) os gêneros mais dinâmicos e modernos concentram-se na Região Metropolitana de Curitiba, em proporções acima de 50% da produção estadual.

Considerando o período 1980-89, os gêneros que mais contribuíram na geração do Valor Adicionado no Paraná estão concentrados na Região Metropolitana (tabela 13). Da mesma forma, os gêneros que melhor se classificaram conforme o índice de Competitividade Dinâmica no período 1980-93, segundo estudo do IPARDES³⁰, também são aqueles concentrados na Região Metropolitana. Quanto à absorção de mão-de-obra, os dados mais recentes (1990) também confirmam as tendências verificadas até 1985: perda de participação dos dois maiores, madeira e alimentares, crescimento daqueles mais concentrados na Região Metropolitana e menos vinculados à base agropecuária do estado. A exceção fica por conta do gênero têxtil (tabela 14).

A compreensão das transformações apontadas é mais facilmente obtida tomando-se como referência as alterações do quadro nacional. Para isso foram analisadas, em nível das grandes regiões e considerando-se apenas Pessoal Ocupado, as últimas informações abrangentes publicadas, o Censo Industrial de 1985, cotejando-as com o Censo Industrial de 1980³¹. Inicialmente serão vistos resultados obtidos para as grandes regiões brasileiras, depois para o Estado do Paraná e finalmente para a Região Metropolitana de Curitiba.³²

³⁰ IPARDES,
Competitividade da
indústria...

³¹ Os valores de 1980, já reclassificados para manter a comparabilidade, são os publicados no Censo industrial de 1985.

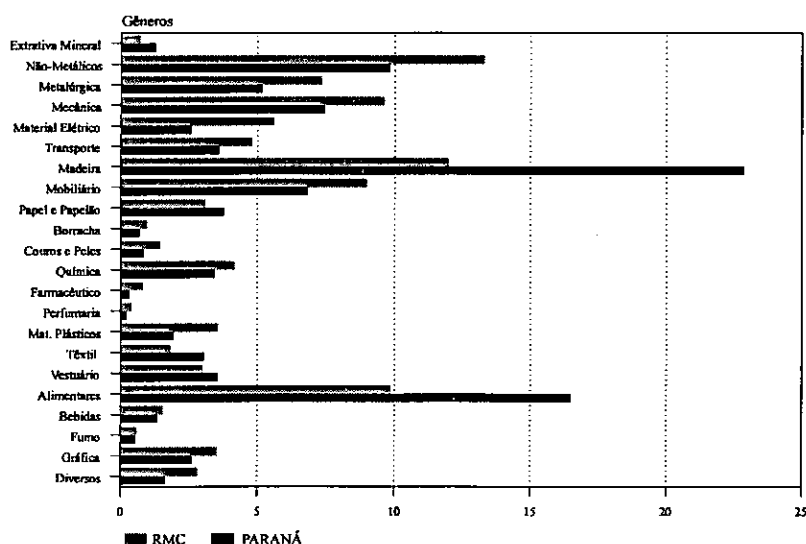
³² A análise mais detalhada está em ROLIM, C. F. C., A nova divisão...

TABELA 12 - PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E DO PARANÁ - 1980/1985

GÊNEROS	REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA				PARANÁ	
	1980		1985		1980	1985
	RMC	RMC/PR	RMC	RMC/PR		
Extrativa mineral	0,71	21,40	0,58	19,47	1,29	1,17
Não-metálicos	13,31	52,89	11,62	55,66	9,83	8,23
Metalúrgica	7,34	55,41	5,30	47,38	5,18	4,41
Mecânica	9,64	50,57	10,16	54,65	7,44	7,33
Material Elétrico	5,60	84,28	8,06	80,05	2,59	3,97
Transporte	4,80	52,09	5,51	61,61	3,60	3,53
Madeira	11,97	20,46	9,64	23,79	22,84	15,98
Mobiliário	8,99	51,63	7,78	41,76	6,80	7,34
Papel e Papelão	3,09	32,16	3,18	28,56	3,76	4,35
Borracha	0,97	54,34	0,94	53,66	0,70	0,69
Couros e Peles	1,45	66,56	1,75	53,21	0,85	1,30
Química	4,16	47,46	5,10	41,28	3,42	4,88
Farmacêutico	0,82	94,96	0,70	91,13	0,34	0,30
Perfumaria	0,40	70,25	0,84	80,30	0,22	0,41
Mat. Plásticos	3,55	71,92	4,88	82,91	1,93	2,32
Têxtil	1,84	23,53	1,58	16,43	3,05	3,78
Vestuário	2,99	33,04	3,05	28,08	3,54	4,28
Alimentares	9,85	23,35	8,88	18,65	16,47	18,77
Bebidas	1,54	45,15	1,62	47,20	1,33	1,35
Fumo	0,59	43,87	0,89	43,12	0,53	0,66
Gráfica	3,53	52,57	3,74	54,47	2,62	2,71
Diversos	2,84	67,00	4,21	75,38	1,66	2,20
TOTAL	100,00	39,05	100,00	39,43	100,00	100,00

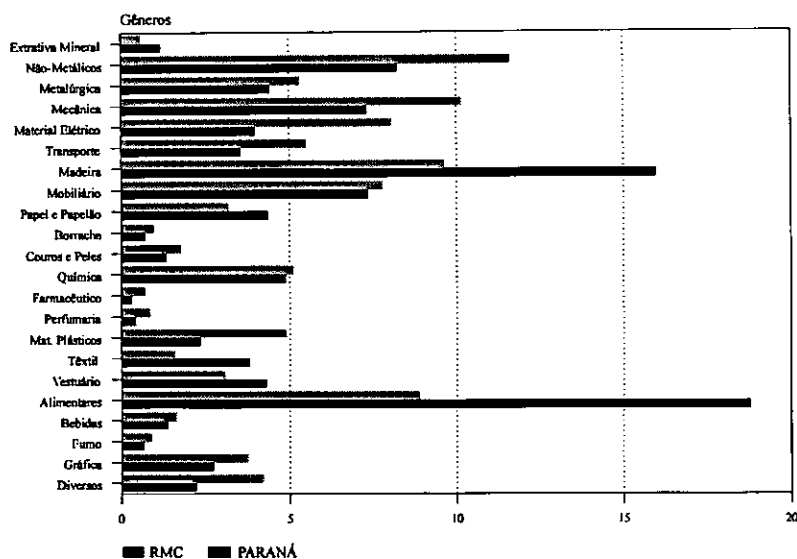
FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Industrial - IBGE

GRÁFICO 1 - PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E DO PARANÁ - 1980



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Industrial - IBGE

GRÁFICO 2 - PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E DO PARANÁ - 1985



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Industrial - IBGE

TABELA 13 - PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO OS GÊNEROS - 1989

GÊNEROS	PARTICIPAÇÃO %
Prod. Alimentares	23,02
Química	15,31
Papel e Papelão	7,37
Material de Transportes	7,24
Mecânica	6,39
Madeira	6,12
Mat. Elétr. Comun.	6,05
Min. não-Metálicos	5,65
Têxtil	4,84
Metalurgia	2,78
Fumo	2,73
Mobiliário	2,47
Prod. Mat. Plásticas	2,44
Bebidas	2,03
Vest., Calç., Art. Tecidos	1,40
Couros e Peles	1,39
Editorial e Gráfica	1,04
Perf., Sabões e Velas	0,33
Borracha	0,27
Prod. Farmacêuticos	0,16
Diversos	1,00

FONTES DOS DADOS BRUTOS: SEFA, IPARDES

TABELA 14 - EMPREGO INDUSTRIAL NO PARANÁ SEGUNDO GÊNEROS DA INDÚSTRIA - 1981/1990

GÊNEROS	1981		1990	
	Número	%	Número	%
Transformação de Minerais não-Metálicos	19 427	9,8	18 620	7,0
Metalurgia	9 664	4,9	13 307	5,0
Mecânica	11 556	5,8	18 431	6,9
Material Elétrico e de Comunicações	6 354	3,2	10 775	4,0
Material de Transportes	4 457	2,2	9 420	3,6
Madeira	40 987	20,6	35 069	13,3
Mobiliário	13 605	6,8	18 241	6,8
Papel e Papelão	11 625	5,8	14 573	5,5
Borracha	1 330	0,7	1 627	0,6
Couros, Peles e Art. p/ Viagem	2 080	1,0	4 579	1,7
Química	8 777	4,4	9 931	3,7
Produtos Farmacêuticos	388	0,2	569	0,2
Perfumaria, Sabões e Velas	543	0,3	1 284	0,5
Produtos de Mat. Plásticas	6 522	3,3	7 139	2,7
Têxtil	6 796	3,4	11 178	4,2
Vestuário, Calç. e Art. de Tecidos	5 107	2,6	17 880	6,7
Produtos Alimentares	35 161	17,8	48 847	18,4
Bebidas	4 355	2,2	7 024	2,6
Fumo	953	0,5	1 706	0,6
Editorial e Gráfica	5 250	2,6	9 187	3,4
Diversos	3 781	1,9	6 937	2,6
TOTAL	198 718	100,0	266 324	100,0

FONTE: RAIS

NOTA: Extraído de IPARDES, Competitividade da indústria...

A técnica de sistematização de informações utilizada é a do *shift and share*.³³ Ela consiste, essencialmente, na comparação entre o crescimento real e o teórico (o que a região teria caso o seu crescimento ocorresse às mesmas taxas do País como um todo). A diferença entre esses valores é chamada Variação Líquida Total (VLT), e, por sua vez, é decomposta em duas parcelas: Variação Líquida Proporcional (VLP), que reflete os efeitos da estrutura regional, e Variação Líquida Diferencial (VLD), um resíduo que supostamente reflete elementos vinculados à especialização e/ou competitividade regional. Para as grandes regiões a VLD foi decomposta em duas, VPM e VRL, de forma a revelar o crescimento decorrente da alteração na estrutura industrial das regiões no período analisado, VPM. Assim sendo, a interpretação mais precisa das especificidades locais pode agora ser vista na VRL, Variação Líquida Residual.

A técnica *shift and share*, bastante empregada na análise regional, tem encontrado muitos críticos, assim como muito defensores. Todos, no entanto, concordam que ela é extremamente eficiente como técnica de manipulação e sintetização para grandes

³³ Existe abundante literatura sobre o tema. Vide, por exemplo, HADDAD, P. R. *Medidas de localização e de especialização*. In: HADDAD, P. R. (Org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza : BNB : ETENE, 1989; LODDER, C. A. *Crescimento da ocupação regional e seus componentes*. In: HADDAD, P. R. (Ed.). *Planejamento regional : métodos e aplicação ao caso brasileiro*. Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1974; LEMOS, M. B. *Dois técnicas de análise regional elaboradas a partir de categorias espaciais : a regionalização e o método estrutural-diferencial*. Belo Horizonte, 1991. Tese (Professor Titular), UFMG/FACE.

volumes de dados. Dentro dessa perspectiva é que ela está sendo empregada neste trabalho. A interpretação dos resultados tem de ser bastante cuidadosa à medida que apenas se sabe que a variável sob observação cresceu mais em um determinado lugar que em outro, o que não significa necessariamente maior dinamismo regional.

As tipologias possíveis dos resultados do *shift and share* apontam para 4 tipos de regiões. A primeira, onde estão enquadrados o Norte e o Nordeste, compreende regiões cuja reestruturação não melhorou a composição industrial, e o crescimento deveu-se essencialmente às suas vantagens específicas, extrativas mineral e madeira, no primeiro caso, e alimentares, não-metálicos e têxtil, no segundo. A segunda, representada pelo Sudeste, aponta uma região que, não obstante possuir os setores mais dinâmicos do País, atravessava uma profunda crise, com esses setores, apresentando perda de dinamismo frente a seus congêneres em outras regiões. A reestruturação é mais um elemento aprofundador da crise. As maiores perdas vieram de não-metálicos, metalurgia e mecânica. O Centro-Oeste representa um tipo de região onde, embora a estrutura original não lhe seja favorável, as mudanças em curso vêm ocorrendo nos setores com maior dinamismo, ainda que as questões específicas sejam as mais importantes, particularmente no que se refere à química, vestuário e extrativa mineral (tabela 15).

TABELA 15 - RESULTADOS POSSÍVEIS DO *SHIFT AND SHARE* PARA AS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS, SEGUNDO A VARIÁVEL PESSOAL OCUPADO - 1980-1985

REGIÕES	VLT	VLP	VPM	VRL
Norte	+	-	-	+
Nordeste	+	-	-	+
Sudeste	-	+	-	-
Sul	+	+	+	+
Centro-Oeste	+	-	+	+

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Industrial - IBGE

No Sul, as reestruturações vêm trazendo um impacto positivo para o crescimento, embora a principal fonte ainda sejam elementos específicos das suas atividades. Foi a região com maior volume de ganhos absolutos. Apesar de todos os três efeitos terem sido positivos, eles vêm fundamentalmente da VRL, decorrente de maior dinamismo dos gêneros ali instalados frente a seus equivalentes no Brasil. Isso pode ser decorrente de indústrias novas, maturação de investimentos etc. A maior parte desses ganhos decorre de vestuários, gênero que aumentou em muito a participação na estrutura produtiva industrial da região. As maiores perdas vieram de madeira e têxteis. A perda de participação de madeira foi positiva, à medida que um

gênero pouco dinâmico em nível nacional diminui a sua participação na região Sul.

Análise semelhante feita para o Paraná mostra que sua indústria cresceu mais que a brasileira. Não obstante o predomínio na estrutura industrial do Paraná daqueles gêneros que são os menos dinâmicos na estrutura da indústria brasileira, a maioria deles cresceu mais que os seus similares do resto do País.³⁴

Os maiores ganhos vieram de alimentares e química, destacando-se o volume de alimentares decorrente do efeito diferencial. As maiores perdas vieram da madeira e de minerais não-metálicos. A decomposição setorial do efeito diferencial mostra que do valor total de 16.583, os dois gêneros mais importantes do Paraná, madeira (-5.069) e alimentares (5.864), praticamente se anularam. Assim, o valor final decorreu essencialmente do desempenho dos demais. Há que se notar que dos 12 gêneros mais dinâmicos do País, nove são ainda mais dinâmicos no Paraná (quadro 2).

QUADRO 2 - RESULTADOS POSSÍVEIS DO *SHIFT AND SHARE* PARA O PARANÁ SEGUNDO A VARIÁVEL PESSOAL OCUPADO - 1980-1985

VLT	VLP	VLD	GÊNEROS
-	-	-	EXTRATIVA MINERAL, METALÚRGICA, MADEIRA
-	-	+	NÃO-METÁLICOS, FARMACÊUTICO
+	-	+	MECÂNICA, TÊXTIL, FUMO, GRÁFICA, DIVERSAS
+	+	+	MAT. ELÉTRICO, MOBILIÁRIO, PAPEL E PAPELÃO, COUROS E
			PELES, QUÍMICA, PERFUMARIA, MAT. PLÁSTICAS,
			ALIMENTARES, BEBIDAS
+	+	-	TRANSPORTE, BORRACHA, VESTUÁRIO

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Industrial - IBGE

QUADRO 3 - RESULTADOS POSSÍVEIS DO *SHIFT AND SHARE* PARA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA SEGUNDO A VARIÁVEL PESSOAL OCUPADO - 1980-1985

VLT	VLP	VLD	GÊNEROS
-	-	-	EXTRATIVA MINERAL, METALÚRGICA, FARMACÊUTICO
-	-	+	NÃO-METÁLICOS, MADEIRA, TÊXTIL
+	-	+	MECÂNICA, FUMO, GRÁFICA, DIVERSAS
+	+	+	MAT. ELÉTRICO, TRANSPORTE, PAPEL E PAPELÃO, COUROS E
			PELES, QUÍMICA, PERFUMARIA, MAT. PLÁSTICAS,
			BEBIDAS
+	+	-	BORRACHA, QUÍMICA, VESTUÁRIO

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Industrial - IBGE

³⁴ Nesse exercício, as alterações na estrutura industrial estão se refletindo no efeito diferencial, cujo isolamento encontra-se ainda em elaboração.

O mesmo exercício, considerando agora a Região Metropolitana de Curitiba (ver quadro 3), apresenta os seguintes resultados:

- a) 56% do VLT do Paraná deve-se à Região Metropolitana, apenas 24% do VLP negativo e 34% do VLD positivo;
- b) a relação contribuições positivas sobre as negativas é de cerca de 120% para a Região Metropolitana de Curitiba e de apenas 50% para o Paraná como um todo, o que aponta uma participação relativamente pouco expressiva dos setores menos dinâmicos na estrutura metropolitana;
- c) os gêneros de maior dinamismo, com os dois sinais positivos, apontados na estrutura do Estado do Paraná, mas sem o mesmo desempenho na Região Metropolitana, mobiliário e alimentares, são gêneros que estão perdendo participação na sua estrutura, mas que são importantes no resto do Estado, o que uma vez mais salienta as características específicas da metrópole;
- d) a alteração na estrutura da Região Metropolitana foi menor que no Estado como um todo, o que indica que as características atuais da indústria metropolitana já estavam presentes no final da década passada.³⁵

As análises foram feitas considerando-se apenas gêneros industriais. Embora existam estudos feitos no Paraná que utilizam a conceituação de complexos industriais empregada nos anos oitenta para análise da economia brasileira, como o de HAGUENAUER³⁶, procurou-se evitar esse enquadramento neste trabalho. Esse tipo de enfoque era relativamente comum entre os economistas brasileiros que faziam análise regional na década anterior, mas havia sido abandonado por duas razões: as insuficiências das matrizes de insumo-produto então existentes e o desprestígio pelo qual passava a teoria da polarização. Atualmente, mesmo com a melhoria das matrizes brasileiras e com a parte instrumental da teoria da polarização sendo, pelo menos, reconsiderada, tais estudos não foram retomados pelos analistas regionais, em parte pelas dificuldades, agora, das matrizes regionais, mas principalmente pela compreensão de que o conceito aplica-se fundamentalmente em nível nacional. Nessa perspectiva caberia ao analista regional identificar não o complexo existente na sua região, mas sim quais das atividades regionais fazem parte de um complexo definido em nível nacional e procurar compreender esse tipo de interação.

Todas as técnicas de determinação³⁷ desses complexos baseiam-se em classificações bem mais detalhadas que a tradicional a

³⁵ Um subproduto do shift and share é o Quociente de Reestruturação. Ele mede o grau de mudança da estrutura interna de uma região entre dois censos e varia de 0 a 1 (reestruturação total). O valores do período foram: Curitiba, 0.0879; Paraná, 0.0958; Porto Alegre, 0.1203.

³⁶ HAGUENAUER, Lia et al. *Os complexos industriais na economia brasileira*. Rio de Janeiro : UFRJ/IEI, 1984. (Texto para discussão, 62).

³⁷ Para uma resenha, vide ABLAS; CZAMANSKI.

dois dígitos dos gêneros industriais. No entanto, os estudos paranaenses apenas fizeram adaptações dessa classificação para determinar o que chamam de "complexos industriais da economia paranaense". Dessa forma, a utilização acrítica desse conceito acaba obscurecendo a compreensão da dinâmica industrial do Estado.³⁸ Por exemplo, o conjunto dos gêneros madeira, mobiliário, papel e papelão é considerado como o Complexo da Madeira. Embora seja compreensível uma grande interdependência nas relações interindustriais desses gêneros em nível nacional, é pouco provável que elas existam com intensidade semelhante entre os estabelecimentos desses gêneros presentes no Paraná (quadro 4).

QUADRO 4 - CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS GÊNEROS PARANAENSES SOB A DENOMINAÇÃO DE "COMPLEXOS"

COMPLEXOS	GÊNEROS
METAL-MECÂNICA	Material de Transportes; Mecânica; Metalurgia; Material Elétrico e de Comunicações
AGROINDUSTRIAL	Produtos Alimentares
MADEIRA	Madeira; Mobiliário; Papel e Papelão
TÊXTIL	Têxtil; Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos

FONTE: IPARDES, Competitividade da indústria...

TABELA 16 - VALOR DAS VENDAS E DAS COMPRAS SEGUNDO ORIGEM E DESTINO DE ALGUNS GÊNEROS SELECIONADOS - PARANÁ - 1989

GÊNEROS	ORIGEM E DESTINO					
	ENTRADAS			SAÍDAS		
	Do Estado	De Outros Estados	Do Exterior	Do Estado	De Outros Estados	Do Exterior
Mat. Elétricos e de Comunicação	15,28	60,12	17,07	13,66	58,71	0,62
Mecânica	27,29	68,89	2,06	23,17	55,20	3,18
Metalurgia	32,54	65,11	1,16	42,86	41,21	0,52
Materiais de Transporte	23,41	65,09	9,87	21,49	56,25	6,30
Produtos Alimentares	74,48	22,30	1,99	50,31	26,52	11,06
Madeira	54,50	39,99	2,44	23,78	44,92	5,02
Papel e Papelão	41,62	51,40	5,19	22,85	62,71	1,30
Mobiliário	35,80	62,13	0,40	27,88	51,89	0,27
Vestuário, Calçados, Art. de Tecidos	34,22	64,25	0,13	35,88	46,81	0,39

FONTE: SEFA

NOTA: Extraído de IPARDES, Competitividade da indústria...

Entre as contribuições importantes do trabalho do IPARDES³⁹ estão as informações sobre a origem e o destino das vendas de parte da indústria paranaense. A análise pode indicar o grau de integração ao mercado nacional das atividades industriais do Paraná. Pode

³⁸ IPARDES, *Competitividade da indústria... é uma das saudáveis exceções. Todas as dificuldades e restrições aqui apontadas estão explicitadas nesse trabalho.*

³⁹ IPARDES, *Competitividade da indústria...*

também indicar a sua maturidade enquanto segmento importante da indústria nacional; pois aponta a passagem de uma indústria “provinciana” para uma indústria participante do mercado nacional. Nessa perspectiva, excetuando-se produtos alimentares, a maior parte dos gêneros considerados tem boa parte de seu mercado fora do Paraná. No que se refere à origem dos insumos, também excetuando-se produtos alimentares e madeira, a maioria é comprada fora do estado. As implicações disso podem ser resumidas da seguinte maneira:

- a) provavelmente o mais próximo de um “complexo industrial” no Paraná seja o formado por produtos alimentares e suas vinculações com a agropecuária e com o mercado consumidor paranaense;
- b) madeira e papel e papelão, não obstante comprarem parcelas substanciais de seus insumos dentro do Paraná, mantêm menos de 25% do mercado dentro do estado;
- c) parcela substancial da indústria paranaense está profundamente interligada ao mercado nacional e, portanto, segue a sua dinâmica. Essa parcela é justamente aquela pertencente aos ramos mais modernos e dinâmicos e a que começa a definir novas características às atividades industriais do estado. Está primordialmente localizada na Região Metropolitana de Curitiba.

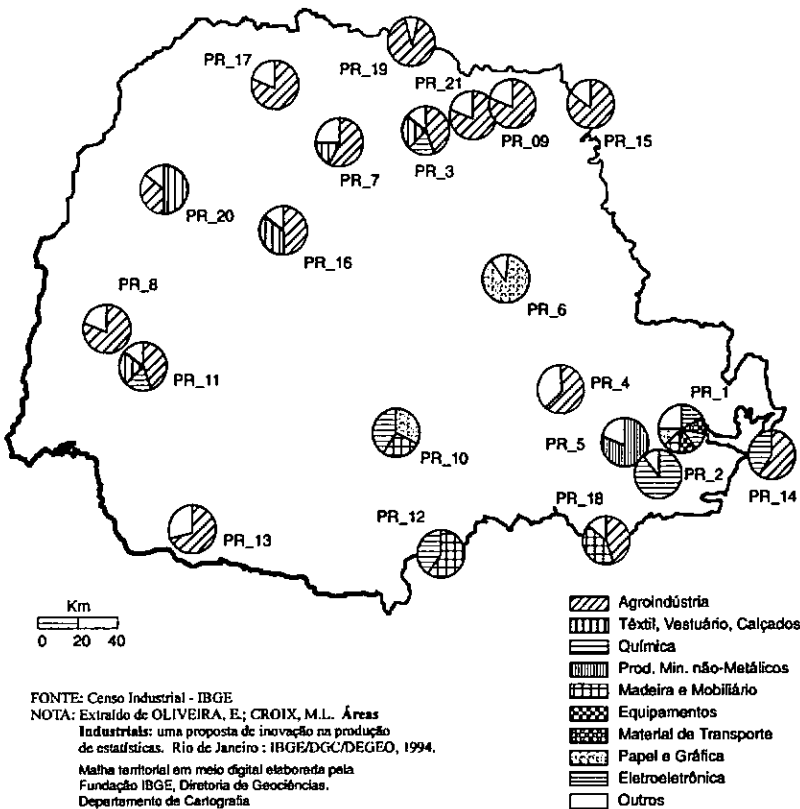
As análises desta subseção reforçam o argumento de que as transformações importantes da indústria do Paraná estão ocorrendo na Região Metropolitana de Curitiba. O mapa 2 é uma ilustração desse fenômeno.

2.2.4 População

A década de oitenta também repetiu a anterior no que se refere ao comportamento da população: uma vez mais o Paraná apresentou as menores taxas de crescimento demográfico do país (0,89 a.a.) e uma vez mais apresentou grandes perdas de população através das migrações, cerca de 967 mil (tabelas 3 e 4). Desta vez o crescimento da Região Metropolitana de Curitiba, embora positivo, não foi tão intenso como no período anterior, não obstante continue aumentando a sua participação no total paranaense, 23,48% em 1991. O Norte perdeu participação; o Oeste também apresenta vários municípios com crescimento negativo – ainda que os maiores centros mostrassem taxas elevadas – e o chamado Paraná Tradicional aumentou sua participação.

Dois fatos chamam atenção no período: na esfera agrícola, a perda de população exatamente nas áreas de agropecuária mais dinâmica do Estado e o crescimento naquelas áreas consideradas “fronteira de expansão” interna; na esfera urbana, o crescimento da Região Metropolitana de Curitiba e o das principais cidades do Paraná Tradicional, como Ponta Grossa e Paranaguá, além de Foz do Iguaçu (ver tabelas 3 e 4).

MAPA 2 - ESTRUTURA PRODUTIVA DAS ÁREAS INDUSTRIAIS, NO PARANÁ - 1985



2.3 OS ANOS NOVENTA

A interpretação deste início de década é bastante difícil. Além de bases estatísticas precárias, o período está se mostrando bastante turbulento. O impacto do governo Collor, a forma como esse governo finalizou, a interinidade de Itamar Franco, o Plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso, a abertura comercial, o chamado

neoliberalismo e a chamada *globalização*, são fenômenos ainda não muito claros e difíceis de serem avaliados na totalidade.

A partir de 1992 parece ter-se revertido a tendência de queda da participação no PIB nacional, em decorrência de aumentos da produção agropecuária e do crescimento industrial dos segmentos modernos da indústria. No entanto, essa retomada é ainda considerada débil à medida que se deveu basicamente a fatores conjunturais.⁴⁰

Na agropecuária, alguns daqueles que haviam sido os principais produtos da década de oitenta entraram em profunda crise. Por outro lado, a soja volta a apresentar crescimento em decorrência de uma conjuntura de preços favoráveis, e a cana-de-açúcar mantém a expansão (tabelas 17 e 18).

TABELA 17 - ÁREA E PRODUÇÃO DE TRIGO, ALGODÃO E CAFÉ, NO PARANÁ - 1986-1994

ANO	TRIGO		ALGODÃO		CAFÉ	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
1986/1988	1 812 766	3 166 667	423 667	794 474	452 469	248 000
1989/1991	1 369 729	2 142 337	507 697	893 996	434 357	208 554
1992	1 220 000	1 600 000	704 498	972 804	296 000	108 000
1993	696 000	1 023 000	345 000	448 081	230 000	100 000
1994	620 000	1 172 00	239 000	415 000	200 000	90 000

FONTE: SEAB/DERAL, extraído de BEM, J. S. et al.

TABELA 18 - ÁREA E PRODUÇÃO DE SOJA E CANA-DE-AÇÚCAR, NO PARANÁ - 1985-1995

ANO	Soja		Cana-de-Açúcar	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
1985	2 196 370	4 413 000	140 878	10 425 000
1986	1 745 000	2 600 000	160 000	11 600 000
1987	1 718 000	3 810 000	160 420	11 911 431
1988	2 123 379	4 771 264	156 497	11 856 032
1989	2 399 993	5 031 297	153 539	11 401 852
1990	2 267 638	4 649 752	159 417	11 736 412
1991	1 972 538	3 531 216	172 296	12 500 000
1992	1 794 000	3 417 000	184 000	13 350 000
1993	2 076 000	4 817 000	196 000	14 000 000
1994	2 150 000	5 349 000	216 000	16 000 000
1995	2 164 000	5 267 000	-	-

FONTE: SEAB/DERAL

O crescimento industrial ocorreu em novos gêneros, tendo sido maior naqueles concentrados na Região Metropolitana de Curitiba (tabela 19). Por outro lado, o segundo maior crescimento verificou-se em vestuário, que é um gênero mais característico do interior do estado. Esse foi um dos gêneros que mais cresceu e seguramente o

⁴⁰ LOURENÇO, G. M.
Expansão recente da economia paranaense: componentes estruturais e conjunturais. Análise Conjuntural, Curitiba: IPARDES, v.17, n.3-4, p.20-25, mar./abr. 1995.c.

que teve maior mobilidade espacial no Brasil. No Paraná, um dos locais onde ele se concentra é Cianorte, em função do aproveitamento de bolsões de mão-de-obra barata existentes na região. A vinculação com a agropecuária somente será encontrada se relacionarmos o desemprego rural com a constituição desses bolsões.

TABELA 19 - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1991-1994

GÊNEROS	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Extrativa Mineral	-19,28
Transformação	19,24
Minerais não-Metálicos	-6,77
Metalurgia	27,08
Mecânica	31,96
Material Elétrico e de Comunicações	39,07
Material de Transporte	85,68
Madeira	3,98
Mobiliário	-1,49
Papel e Papelão	5,06
Borracha	-38,19
Couros e Peles	-10,65
Química	25,80
Perfumaria, Sabões e Velas	-5,66
Produtos de Matéria Plástica	-12,97
Têxtil	-42,38
Vestuário, Calç. e Artef. de Tecidos	79,32
Produtos Alimentares	20,68
Bebidas	-12,53
Fumo	35,24
TOTAL	19,09

FONTE: IBGE, extraído de LOURENÇO

O Paraná findou os anos oitenta e entrou na última década do século XX com profundas transformações na sua estrutura produtiva. A agropecuária tem cada vez menos peso na composição do produto; a indústria aumenta, embora a extrativa e de transformação tenha perdido espaço para a construção civil e os serviços industriais de utilidade pública; há um grande avanço do setor terciário (tabela 20).

TABELA 20 - ESTRUTURA SETORIAL DO PIB, NO PARANÁ - 1980/1989

SETORES	1980	1985	1989
Agropecuária	19,43	20,78	13,97
Indústria	28,81	25,39	26,31
Extr. e Transformação	22,44	20,28	17,45
Construção Civil	5,11	3,14	6,76
Serv. Ind. Util. Pública	1,26	1,97	2,10
Terciário	51,76	53,83	59,72
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: IPARDES

As transformações nessa estrutura são um reflexo dos processos apontados anteriormente. A perda do dinamismo agrícola, associada a um alto grau de empobrecimento da população rural⁴¹, as duas

⁴¹ Em que pese a relativização dos dados do Mapa da Fome, ele é um forte indício desse empobrecimento. O Paraná situa-se entre os mais problemáticos estados brasileiros.

décadas consecutivas como exportador líquido de população e as especificidades da nova agroindústria,⁴² colocam uma situação problemática para a parcela da sociedade paranaense sob a égide rural. A esfera das decisões que afetam esse universo estão na sua maioria fora do estado e mesmo do País. Os principais instrumentos de política econômica relativos à agropecuária estão centralizados em âmbito federal, minoritariamente nos órgãos responsáveis pela política agrícola. A taxa de câmbio, o volume de crédito e as taxas de juros, bem como os resultados da política comercial externa, são determinados independentemente dessa esfera rural. Não obstante a maior parte dos políticos paranaenses ter suas bases nesse meio, os três senadores (um deles é o ministro da Agricultura!) e a maioria dos deputados federais integrarem a chamada bancada ruralista, a participação nas decisões parece ser inócua.

O quadro no Paraná Urbano tem como determinações as tendências da economia urbano-industrial brasileira. A expansão desses segmentos industriais presentes no Paraná está vinculada à retomada, em bases mais sólidas e prolongadas, do crescimento nacional. Por outro lado, uma vez integrado ao resto do sistema, a dinâmica passa a ser determinada por ele; dessa forma, a relativa proteção às depressões, como foi o caso no início dos anos oitenta,⁴³ existirá cada vez menos. A expansão do setor terciário – uma tendência mundial – decorre da urbanização generalizada no Estado, mas principalmente das complexidades das novas funções associadas à sua vinculação com a economia urbano-industrial do País. Essas atividades, em nível regional, tendem a seguir a dinâmica do processo de integração ao resto do sistema, deixando de ser simplesmente determinada pelos movimentos da agropecuária e da indústria. A complexidade dessas funções potencializa-se nas metrópoles.

Os novos atores desse Paraná têm canais de representação diferenciados. Os empresários ligados às novas indústrias, apesar de ainda não terem participação efetiva nos órgãos de classe do Estado, defendem seus interesses diretamente nos centros de decisão em nível nacional. Os trabalhadores começam a se organizar, mas essa organização sindical ainda é incipiente. As classes médias oriundas desse processo, comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais etc. não têm uma organização visível, e mesmo o grau de politização parece ser reduzido. Uma das indicações é o fato de que nos últimos 20 anos os governantes paranaenses aparecem com elevadíssimos índices de aprovação nas pesquisas de opinião.

Por outro lado, a situação no Paraná Urbano também apresenta seus problemas. O principal deles refere-se às necessidades de novos

⁴² Vide sobre essa temática URBAN, M. L. *Os novos rumos da agroindústria. Análise Conjuntural*. Curitiba : IPARDES, v.12, n.2, p.1-3, fev.1990.

⁴³ Vide ROLIM, C. F. C., *Crise econômica...*

postos de trabalho.⁴⁴ A manutenção da competitividade também passa a ser um problema de solução preocupante: se, por um lado, é condição para o ingresso na economia nacional/mundial, por outro, implica problemas no mercado de trabalho.

As bases para a constituição de um Paraná do Agrobusiness e de um Paraná Urbano, como já foi dito, foram lançadas ainda nos anos setenta em processos de caráter nacional e prosseguem até os dias atuais, tornando-se cada vez mais visíveis. As transformações decorrentes na base produtiva do estado foram criando extensões de espaços econômicos onde se multiplicam interesses, muitas vezes divergentes, que tornam cada vez mais difícil o exercício do poder pelos governadores. Na perspectiva conceitual de região, os territórios que eles administram não passam, na maior parte dos casos, de uma ficção. O que assistimos é a mais um episódio dos desdobramentos da divisão espacial do trabalho em andamento no País.

3 OS DOIS PARANÁS

Na seção anterior foram analisadas as especificidades do processo de divisão espacial do trabalho sobre o Estado do Paraná. Foram salientadas as particularidades da atividade agropecuária e da industrial, que implicaram a conformação de uma esfera liderada por uma agropecuária moderna e dinâmica, predominante em largas porções do território estadual, e outra esfera liderada pelos setores industriais modernos, presentes sobretudo na Região Metropolitana de Curitiba e na sua área de influência imediata.

A segmentação do Paraná em três partes, proposta por Pinheiro MACHADO⁴⁵ – Norte, da extensão da cafeicultura paulista; Tradicional, da ocupação colonial, do mate e da madeira; Sudoeste, da frente de expansão gaúcha –, encontra-se em franca evolução.

As transformações na base produtiva estão gerando novos espaços econômicos, num processo já ensinado por CORAGGIO⁴⁶, cuja principal característica é a redivisão do Estado sob essas duas órbitas. A Urbana abrangendo parte do antigo território do Paraná Tradicional, estendendo-se, grosso modo, de Paranaguá até a área de influência imediata de Ponta Grossa, sob a égide da Região Metropolitana de Curitiba, e a outra, a do Agrobusiness, abrangendo as demais partes do Estado, excetuando-se Foz do Iguaçu.

A noção de espaços econômicos tem uma conotação que ultrapassa o simples território; assim, essa segmentação – que é a principal – em marcha no Paraná interessa muito mais enquanto órbitas de interesses e determinações de dinâmicas. Dessa forma, não

⁴⁴ Vide SOFFIATTI, H.; MARANHO, E. Os (des)ajustes do mercado de trabalho urbano nos anos 90. *Análise Conjuntural*, Curitiba: IPARDES, v. 14, n. 5-6, p. 5-9, maio/jun. 1992.

⁴⁵ MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos campos gerais. *Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, n. 3, 1963.

⁴⁶ CORAGGIO, J. L., *On social spaceness...*

se está opondo um Paraná Moderno, o Urbano, a um Paraná Arcaico, o do Agrobusiness, nem mesmo um Paraná Dinâmico a um Paraná Atrasado. O que se está procurando distinguir são dois Paranás envolvidos em processos com dinâmicas distintas. Evidentemente a segmentação não é absoluta, há mesmo uma certa interdependência entre os processos, ainda que reduzida, e pontos de contato entre eles. Também em termos de abrangência territorial encontram-se áreas no Paraná Urbano com muitas funções importantes para o Paraná do Agrobusiness. Paranaguá é o melhor exemplo disso. O inverso também ocorre. Em Umuarama foi instalada uma lavanderia industrial de roupas com capacidade para 10.000 peças/dia num investimento de US\$ 1 milhão para atender à produção de indústrias de vestuário no Paraná (Cianorte) e São Paulo.

O que se quer salientar é que, não obstante esses Paranás coexistirem em um mesmo território, as órbitas de interesses e as dinâmicas são distintas e muitas vezes até conflitantes.

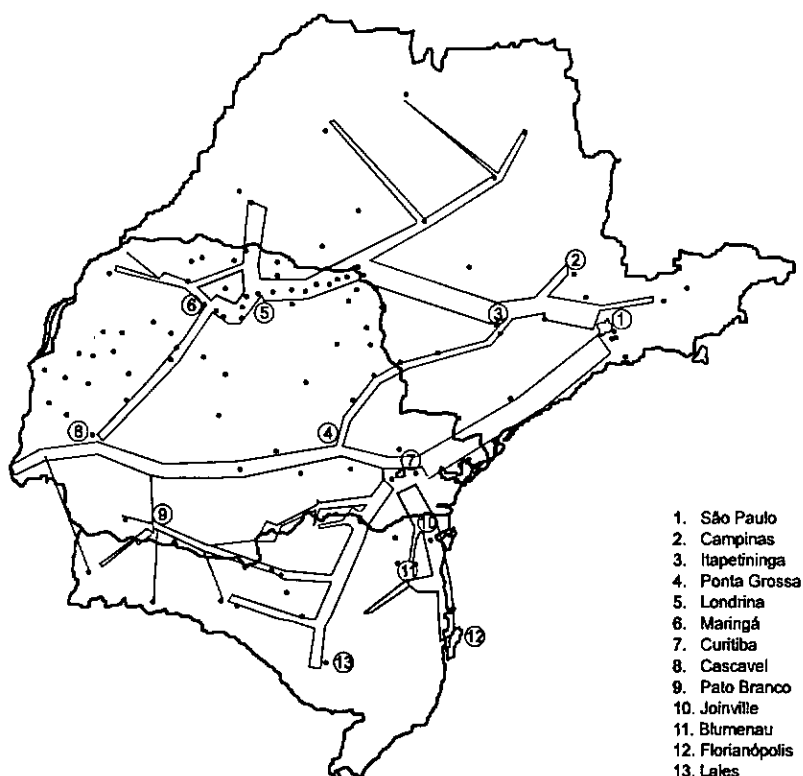
3.1 O PARANÁ URBANO

É cada vez mais clara a conformação de um Paraná Urbano centrado na área de influência imediata da Região Metropolitana de Curitiba, responsável por cerca da metade do ICMS gerado no Estado. É nessa área que se dá a principal inserção do Paraná na economia urbano-industrial do País. Aqui ocorrem as principais transformações industriais do estado. Gradativamente a estrutura industrial desliga-se da base agroindustrial para concentrar-se em setores modernos voltados para o mercado nacional e internacional. A Região Metropolitana de Curitiba surge como um ponto de expansão da Região Metropolitana de São Paulo e de articulação da economia nacional com um vasto território que atinge as cidades industriais catarinenses. Dentro do processo de expansão do centro dinâmico da economia nacional, a Região Metropolitana de Curitiba é um dos elementos fundamentais para a articulação com o sul do País. O mapa 3 ilustra esse fato.

O crescimento econômico e demográfico do estado ocorre primordialmente nesta área e só não é maior devido às péssimas condições da ligação rodoviária com São Paulo.

A dinâmica deste Paraná deve preocupar-se cada vez mais com questões relativas à manutenção de competitividade no contexto nacional e internacional; as demandas que faz sobre o Estado têm característica diferenciada daquelas que são feitas pela parcela agrobusiness.

MAPA 3 - FLUXO DE PASSAGEIROS INTERESTADUAIS (ENTRANTES)



FONTE: IPARDES, Regionalização...

3.2 O PARANÁ DO AGROBUSINESS

O Paraná do Agrobusiness passa por várias crises. A mais manifesta delas é a que aparece nos movimentos migratórios para fora do estado por duas décadas sucessivas. É também o Paraná mais complexo. Todas as contradições da agricultura brasileira estão presentes nele: desde os chamados “agricultores modernos” até os excluídos do processo de modernização tecnológica; da agricultura empresarial à agricultura familiar, com diferentes graus de assimilação de progresso tecnológico; da produção de alimentos à produção de insumos industriais; sem considerar ainda os marginalizados, bóias-frias, menores trabalhadores e um amplo contingente de pequenos e médios produtores candidatos a serem inviabilizados economicamente.⁴⁷ Os governos estaduais têm pouca atuação sobre a maior parte dos fatos que afetam esse Paraná. O controle das principais variáveis está com o governo federal. A política de crédito agrícola, por exemplo, a política cambial, que pode viabilizar ou inviabilizar uma cultura. O algodão é um exemplo claro disso. Assim

⁴⁷ Para uma introdução à complexidade dessas questões, vide o excelente artigo VEIGA, José Eli da. *A agricultura segundo FHC. Folha de S. Paulo*, 13 set. 1994.

sendo, a maior ajuda que um governador pode dar à agricultura do seu estado é participar das decisões nacionais.

3.3 OUTROS PARANÁS

Submetidos a esses dois processos principais, podem ser percebidos outros subprocessos ainda incipientes, dos quais se possui muito pouca informação.

3.3.1 O Paraná Internacionalizado: Foz do Iguaçu

Foz do Iguaçu é um caso à parte e merece tratamento especial. Embora também seja explicado pelo processo geral de divisão espacial do trabalho no Brasil – demanda de energia pela economia urbano-industrial –, não se enquadra nos processos que geram os dois Paranás.

O município sempre foi uma espécie de enclave no território paranaense, papel acentuado depois da construção de Itaipu. Possui uma dinâmica própria baseada no turismo de massa com características nacionais, no comércio de abastecimento do Paraguai e na própria Itaipu Binacional, além de ser um grande centro financeiro onde simultaneamente circulam quatro moedas.⁴⁸

3.3.2 Cianorte

Fatos novos começam também a se verificar no estado. Um deles é o caso de Cianorte. Essa cidade até pouco tempo atrás era conhecida apenas por possuir a maior erosão urbana do mundo, a Mãe Biela. Hoje é conhecida como um centro de confecções que atende a um mercado nacional. A cidade está em pleno Noroeste do Paraná, terra de pecuária, e utiliza insumos para produzir tecidos, cuja origem nada tem a ver com a produção agrícola local e muito menos com o mercado local. Vale-se fundamentalmente das bacias de mão-de-obra local formadas pela desagregação da atividade agrícola. É uma área onde a modernidade chegou pela via dos esquemas de comercialização e vinculação com o mercado nacional, mas não chegou para os trabalhadores, a não ser no que se refere ao incipiente uso de carteira de trabalho assinada.

⁴⁸ Vide ROLIM, C. F. C. *Foz do Iguaçu : ensaio interpretativo sobre a formação de um complexo turístico-exportador*. In: *ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*, 4., 1991, Salvador. *Anais do...* Salvador : ANPUR, 1991.

3.3.3 Mercosul

O Mercosul, recebido como a grande fronteira de expansão para o Paraná e para o sul do País, já começa a revelar as limitações que alguns haviam apontado no passado. Ele é um claro exemplo das contradições das várias dinâmicas presentes no Paraná. Se, por um lado, tem sido bom para as empresas industriais do Paraná Urbano que conseguem ter sucesso na sua atuação, por outro, é responsável pela redução do plantio de trigo no estado. Poderá ainda ter mais conseqüências sombrias para grandes segmentos do Paraná Agrobusiness, embora alguns segmentos desse Paraná se beneficiem dele.

Segundo Jorge de BEM, na palestra proferida em seminário promovido pelo IPARDES em junho de 1995, no que se refere à produção agrícola, as principais cadeias produtivas do estado – excetuando-se o trigo e em decorrência tendo-se que verificar a rentabilidade isolada da soja –, ao submeterem-se ao confronto direto com a abertura do comércio, não seriam fundamentalmente afetadas: importações tenderiam a equivaler-se às exportações. A questão preocupante fica por conta do grande número de pequenos produtores presentes na estrutura agrária paranaense, que fatalmente seriam engolidos no processo. Considerando-se que esses produtores não conseguem se viabilizar em parte alguma do Brasil, mesmo com a economia fechada, as perspectivas não são nada animadoras.

A divulgação do crescimento das exportações paranaenses no âmbito do MERCOSUL é sempre saudada com muito entusiasmo. No entanto, esse entusiasmo impede que se veja que grande parte desse comércio decorre do atraso cambial na Argentina, que é um mercado pequeno, comparado com o grande mercado das “exportações” paranaenses: o mercado nacional brasileiro.

3.3.4 O Estado do Iguaçu

Resta ainda como processo atuante no Paraná o movimento emancipacionista do Estado do Iguaçu. Por mais que se queira atribuir o movimento à atuação de políticos mesquinhos, a sensação de abandono e de exclusão está presente em parcelas representativas do Sudoeste e Oeste do Paraná. Basta uma pequena crise na agricultura para que o movimento se reaqueça.

Embora tenha recebido pouca divulgação, recentemente houve um dia de paralisação total no Sudoeste contra a política agrícola. Esse fato é relevante, pois no mesmo período várias tentativas de

manifestação ocorridas em outras partes do estado não obtiveram êxito. Essa capacidade de união em torno de um objetivo comum não é fato corriqueiro no estado. Tudo leva a crer que a questão não será resolvida apenas execrando-se os seus líderes.⁴⁹

Estas são as várias dinâmicas econômicas atuando no território do Paraná. Elas não nos autorizam a falar da existência de uma economia paranaense, mas sim de segmentos da economia nacional. A integração econômica desses segmentos ocorre em nível nacional, razão pela qual há pouco sentido em falar de uma integração econômica paranaense. Assim sendo, enquanto o espaço econômico subdivide-se em vários segmentos dentro da dinâmica dos dois grandes processos dominantes, em termos político-administrativos o Estado do Paraná mantém-se como uma unidade.

Decorrem dessa diversidade as dificuldades para a formulação de um projeto político para o Paraná. Na próxima seção isso será visto com mais detalhes.

4 UM PROJETO PARA O PARANÁ

4.1 OS PROJETOS DO PASSADO

Dentro de uma perspectiva histórica, podemos encontrar no Paraná pelo menos dois grandes projetos políticos que foram determinantes para transformá-lo no que ele é hoje. Ambos ocorreram em momentos cruciais da sociedade brasileira, quando se deram grandes transformações na sua estrutura.

O primeiro deles foi o governo Lamenha Lins, no final do século XIX, com a sua política de colonização estrangeira baseada em uma agricultura familiar para abastecer Curitiba, quando no resto do País a política imigratória preocupava-se majoritariamente com a substituição da mão-de-obra escrava por mão-de-obra assalariada para continuar a cultura do café. Ficaram desse projeto as bases para a formação do grande mercado consumidor que é hoje a Região Metropolitana de Curitiba. Ela deve grande parte do seu sucesso a esse projeto.⁵⁰

O outro projeto foi aquele do primeiro governo Ney Braga nos anos sessenta. Também ocorreu em um momento histórico crítico da história nacional, quando o País passava por uma profunda crise econômica da qual resultaram grandes transformações estruturais. Baseava-se na idéia de ser o Paraná uma economia dependente periférica, cujo problema era transformar-se internamente produzindo

⁴⁹ Vide ROLIM, C. F. C. *O Estado do Iguaçu : tentativa de interpretação do regionalismo no Brasil Meridional*. In: *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 21., 1993, Belo Horizonte. *Anais do...* Belo Horizonte : ANPEC, 1993. p.215-234.

⁵⁰ SANTOS, C. R. A. *Alimentar o Paraná*. *Província : a formação da estrutura agroalimentar*. Curitiba, 1992. Tese (Professor Titular), Departamento de História da UFPR.

do aqui o que comprava das outras partes do País. Era o Paraná visto como um pequeno país. A execução desse projeto possibilitou a criação de uma infra-estrutura mínima no estado e impediu o agravamento dos movimentos separatistas, em especial no Norte.⁵¹

Nessa ocasião estabeleceu-se um dos paradigmas interpretativos do Paraná visto como um pequeno país, opondo-se a um centro dominante em nível nacional, São Paulo.⁵² Embora essa visão fosse equivocada, e os seus próprios formuladores a tenham reconsiderado na execução do projeto, até hoje ainda está presente em muitos discursos e ações, não obstante já estar superada nos principais trabalhos realizados no Paraná.

Uma decorrência da idéia do pequeno país é achar que o crescimento do comércio e dos serviços é reflexo do crescimento da agricultura e da indústria. Isso equivale a dizer que o setor terciário tem seu crescimento induzido pelo setor primário e secundário. Esta afirmação pode ter alguma validade dentro do contexto de uma economia nacional. Porém, para uma economia aberta como as regiões e os estados, ela perde muito do seu sentido.

Numa economia aberta, grande parte da renda gasta no comércio e serviços vem de fora. Provavelmente grande parte dos gastos efetuados no Shopping Mueller de Curitiba decorreu de rendas recebidas de transferências de outras partes do País, como pagamento de funcionários federais, de organizações de porte nacional e internacional, créditos concedidos etc. Por outro lado, os gastos no comércio de Assis Chateaubriand são quase que na sua totalidade decorrentes das rendas geradas na agricultura. Em Londrina, a dependência da agricultura e das atividades agroindustriais será grande, mas não será tão grande como em Assis, nem tão pequena como em Curitiba.

O importante a salientar é que esse projeto, o do primeiro governo Ney Braga, lutava para apresentar o Paraná como um elemento importante na Federação, enquanto internamente criava as bases para a integração territorial e política dos três Paranas: Norte, Tradicional, Sudoeste. Independente dos seus equívocos, tinha uma proposta clara, um objetivo para o Paraná, e uma estratégia para atingi-lo.

Ainda não é possível a identificação de outro projeto transformador do Paraná com o impacto que esses dois tiveram. No entanto, o momento atual torna urgente o aparecimento desse outro grande projeto. Novamente a sociedade brasileira, imersa em uma longa crise, parece dar sinais de estar se preparando para outra mudança

⁵¹ Vide AUGUSTO, M. H. O. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista: estudo sobre a CODEPAR*. São Paulo : Símbolo, 1978, para a análise desse período.

⁵² A versão acadêmica mais elaborada é a de PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica : o caso paranaense*. São Paulo, 1970. Tese (Doutorado), PUC-SP.

estrutural, e é hora de se ter uma proposta clara para o Paraná no contexto nacional.

Quanto mais complexas e diversificadas as atividades econômicas que ocorrem dentro de um território, mais complexo é identificar as várias dinâmicas que as determinam e conseqüentemente mais difícil minimizar os efeitos perversos decorrentes delas. Nesse sentido, o desafio de construir um PROJETO PARA O PARANÁ é hoje muito mais difícil do que foi no passado. No tempo de Lamenha Lins, o Paraná era pouco mais que Curitiba, o Litoral, os Campos Gerais e área de extração do mate e madeira. Era pequeno e mais homogêneo. Para Ney Braga, embora já em um contexto mais complexo, tratava-se de construir o estado unindo áreas que, não obstante suas diferenças, tinham na exploração agrícola um ponto em comum. Era mais fácil construir uma unidade em torno do seu projeto. Mas, por outro lado, as condições que eles tiveram para enfrentar esses problemas eram tão adversas, se não fossem mais ainda, quanto as existentes para os problemas atuais.

O grande desafio, colocado hoje, para a construção de um Projeto para o Paraná é a existência desses múltiplos Paranás. Um grande projeto político que estabeleça as bases para a inserção do estado na sociedade brasileira do terceiro milênio. Que projeto conseguirá dar conta de todas essas dinâmicas e dos interesses vinculados a elas, em alguns casos até contraditórios e que extrapolam os limites estaduais?

4.2 ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PARANÁ⁵³

A construção desse projeto, seja ele qual for, deverá abandonar por completo e definitivamente a idéia do Paraná como um pequeno país. Depois disso, deve considerar que as determinantes do desenvolvimento de uma região, ou de um estado, baseiam-se em três ordens de acontecimentos:

- a) na quantidade de recursos nacionais a que o estado tem acesso – trata-se em última análise da importância que o resto do País atribui ao estado: política, econômica ou ambas;
- b) nos efeitos indiretos das políticas macroeconômicas e setoriais;
- c) na capacidade de organização social do estado.

⁵³ Os argumentos apresentados nesta parte baseiam-se em BOISIER, S. *Política econômica, organização social e desenvolvimento regional*. In: HADDAD, P. R. (Org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza : BNB : ETENE, 1989.

Essa capacidade de organização social do estado, por sua vez, irá depender de quatro elementos cruciais:

- a) da qualidade e identidade com o estado da sua classe política;
- b) da qualidade da tecnocracia estadual;
- c) da classe empresarial do estado;
- d) da capacidade de participação dos demais segmentos sociais.

Dos três fatores acima apontados, dois praticamente são dados, fazem parte do “entorno paramétrico” colocado para o estado. É no terceiro, a capacidade de organização social, que existem mais chances de atuação a partir do próprio estado, possibilitando a interferência nos outros dois. Por outro lado, a compreensão dos quatro elementos relativos à capacidade de organização social é ainda desconhecida no Paraná. São muito raros os estudos que contemplem essas questões.⁵⁴ Pode-se, no entanto, especular sobre essas variáveis.

4.2.1 A classe política

Um argumento recorrente nos diagnósticos sobre os problemas de uma região é a desunião da sua classe política. Os “outros” são sempre mais unidos e, portanto, dominam as decisões federais, estando sempre em posições vantajosas, enquanto os “locais”, por não saber o que querem, perdem todas as disputas. Isso está presente em discussões em que o Nordeste reclama do Sul; em São Paulo, reclamando do Nordeste; no Altiplano da Bolívia reclamando de Santa Cruz; em Ohio reclamando da Califórnia, etc.

Não obstante esse argumento ser um lugar comum, parece que no Paraná ele é particularmente verdadeiro. A qualidade e identidade desta classe política com o estado é um assunto sempre polêmico. A maioria dos políticos paranaenses tem bases no Paraná Agrobusiness, a maioria da bancada federal e os três senadores se dizem integrantes da bancada ruralista. Um dos senadores é o próprio ministro da Agricultura. Por outro lado, além de projetos pessoais próprios, quase nada existe em termos de defesa de uma idéia mais ampla. Para todos, a defesa dos interesses do Paraná constitui um dogma. Concretamente, como esses “interesses do Paraná” nunca são explicitados, acabam justificando tudo: da defesa da quebra do monopólio das telecomunicações, alteração da data da posse dos novos governantes, até o “calote agrícola”.

⁵⁴ Entre os raros trabalhos está o de RIBEIRO, L. C. *História e memória das elites do Paraná (1930-1960)*. Curitiba : UFPR/CMDE, 1995. (Texto para discussão, 6/95).

Além disso, não existem políticos com grande poder de articulação em nível federal, nem mesmo com capacidade para grandes articulações da própria bancada. Os poucos que obtiveram essa projeção, como os ex-governadores Ney Braga e José Richa, estão aposentados.

Faltam idéias, e mesmo que elas existissem não haveria capacidade política para serem implementadas.

Não é o caso, por exemplo, de outros estados do Sul. Santa Catarina sempre teve políticos de expressão nacional, o mesmo acontecendo com o Rio Grande do Sul. Nesses estados a identificação com a região parece ser mais clara; ainda que “espúria”, ela é mais perceptível.

Por outro lado, embora a representação do Paraná Urbano seja menos ruidosa e perceptível, em alguns momentos ela tem destaque nacional, como no caso do ex-ministro Karlos Rischbieter.

Existe também a possibilidade de esses representantes não se articularem exatamente pela ausência de um projeto paranaense. No episódio do Estado do Iguaçu, quando os segmentos mais fortes da sociedade articularam-se firmemente, essa capacidade de atuação foi demonstrada ao se conseguir uma articulação nacional.

4.2.2 A Tecnocracia Estadual

A tecnocracia paranaense provavelmente é um dos pontos fortes do estado. Parte dela foi gestada durante os anos da ditadura, período em que a falta de legitimidade política buscava compensação na legitimidade técnica. A máquina burocrática do Estado paranaense era uma das mais bem aparelhadas do País. Foram exemplo nacional a FAMEPAR, a SANEPAR, a própria Secretaria do Planejamento e o IPARDES.

Com a redemocratização, todo o aparelho administrativo do estado entrou em colapso, a competência técnica foi substituída pela política e o estado ainda não conseguiu estabelecer um *modus vivendi* onde elas possam coexistir.

Por outro lado, parte dessa capacidade tecnológica está dispersa e tem dificuldades de participar. É o caso, por exemplo, das universidades estaduais. Elas buscaram padrões de eficiência, investiram nos seus professores – muitos deles foram enviados para cursos de pós-graduação – e, no entanto, nos dois últimos governos elas foram praticamente arrasadas.

Isto remete a um dos problemas centrais dessa capacidade tecnocrática local: **a sua excessiva concentração no aparelho estatal.**

Neste momento, quando os critérios políticos ainda prevalecem sobre os técnicos, isto é particularmente perigoso. Aqueles que fazem parte dessa máquina servem, em última análise, ao governo do momento. Nos momentos críticos acabam tendo apenas duas opções: ir embora ou calar-se. A capacidade de resistência é frágil e, quando as energias são gastas na própria sobrevivência, sobra muito pouco para pensar as questões do desenvolvimento do estado.

As instituições de pesquisa – especialmente aquelas de pesquisa social – muito vinculadas ao núcleo central do Estado são particularmente afetadas por esses processos. A história do IPARDES é um bom exemplo disso. Logo após a sua criação, em 1975, já surgiam pressões para o seu fechamento. A perseverança de seus técnicos sempre conseguiu vencê-las. No final dos anos oitenta a própria Secretaria de Planejamento esteve a ponto de ser fechada!!! Assim sendo, a instituição, e de resto todas as similares existentes no País, vivem como que em ciclos de prosperidade: dependendo dos humores e da grandiosidade de perspectivas do governador de plantão. Em decorrência, equipes montadas a duras penas são destruídas num piscar de olhos. Porém, mais que destruir esforços, o que está em jogo é a destruição ou a desarticulação do potencial criativo do Estado do Paraná.

Fatos como esses não são raros mesmo naquelas instituições mais ligadas às pesquisas tecnológicas propriamente ditas. Em passado não muito distante, o IAPAR também passou por crises semelhantes.

Assim sendo, o reforço e o incentivo a outros núcleos de criatividade não tão ligados ao núcleo central do estado poderão garantir um debate mais livre e intenso de idéias. Mesmo que em alguns momentos elas não agradem o governante da ocasião, contribuirão para a gestação de um projeto comum com maiores chances de sucesso. A esses núcleos deve-se garantir a existência e a liberdade para criar. A cobrança terá de ser feita sobre a qualidade e não sobre a fidelidade, por mais difícil que isso possa ser.

Por outro lado, também estão presentes no território paranaense vários órgãos federais e privados com enormes acervos de conhecimento e potencialidades de pesquisa, como é o caso da Universidade Federal do Paraná, do Centro Federal de Educação Tecnológica, do Centro de Pesquisas da Embrapa, da Universidade Católica etc. Além dessas, também existem as instituições munici-

país, particularmente as da órbita da Prefeitura Municipal de Curitiba. Essas instituições também fazem parte, evidentemente, da tecnocracia paranaense, potencializando o apoio para a construção de um Projeto para o Paraná.

4.2.3 A Classe Empresarial do Estado

As associações de representação dos empresários ainda não refletem as transformações econômicas que estão sendo apontadas. Elas ainda continuam sendo ocupadas por representantes das antigas estruturas; são madeireiros ou comerciantes os principais “líderes” formais dessas associações.

No empresariado agrícola destacam-se os segmentos vinculados às cooperativas. São os principais executores do Paraná Agrobusiness e são considerados, pelos empreendimentos e busca de inovações, os mais aptos empresários do setor no País. Por outro lado, o compromisso, como de todo empresário, está na rentabilidade. São importantes agentes do processo que está em andamento: desvio de recursos de investimentos na agropecuária do Paraná para investimentos na fronteira agrícola do País. São numerosas as informações sobre grandes compras de terras e investimentos por setores vinculados às principais cooperativas do Paraná feitas no oeste da Bahia, Maranhão etc. Nessas regiões estariam sendo encontradas condições semelhantes àsquelas presentes aqui quando o Paraná ainda era uma fronteira agrícola: terras de qualidade, baratas, baixo custo de transporte. Essas terras têm suas safras escoando pelo rio São Francisco até Pirapora e, depois, por ferrovia, atingem o porto de Vitória. Embora ainda seja objeto de especulação o escoamento por portos do Nordeste, caso isso venha a acontecer os custos de transporte poderão reduzir-se ainda mais.

Mesmo que suponhamos uma grande identificação desse empresariado com o Paraná, eles lidam com algo que se desloca territorialmente. Como resta apenas o caminho da intensificação tecnológica para crescerem no Paraná, a opção do deslocamento torna-se bastante atrativa, apesar de detentores de bom nível de conhecimento tecnológico. Embora isso seja apenas uma tendência da qual não se conhece ainda a magnitude, é um pouco assustador pensar que aquela que é a maioria entre os empresários paranaenses possa vir a ser a mais infiel territorialmente.

Por outro lado, já podem ser percebidos alguns sinais sintomáticos de renovação. A Associação Comercial do Paraná na última

gestão quebrou essa tendência quando elegeu uma presidente oriunda do setor financeiro e a atual gestão tem como presidente um empresário oriundo do setor de informática. Mais importante que essa quebra de tendência foi a reestruturação pela qual ela passou: deixou de representar todo o Paraná, restringindo-se à Região Metropolitana. Há também o surgimento de uma espécie de clube de “executivos”, que funciona como local de reuniões mais informais de negócios-confraternização. Esses empresários são oriundos e radicados no Paraná e vêm de associações com os grupos vinculados às grandes empresas nacionais atuando no estado. Apesar de terem uma atuação nacional e às vezes até internacional, a base de atuação é o Estado do Paraná. São sinais da ascendência do Paraná Urbano.

Existem também algumas manifestações praticamente desconhecidas, sobretudo no interior do Estado, de associações de pequenos empresários, profissionais liberais, funcionários graduados formando empresas *holding* locais. São sociedades anônimas de capital fechado cujos objetivos, supostamente, estariam no desenvolvimento ou no “aproveitamento das oportunidades” locais. Por exemplo, há duas em Umuarama. A primeira, fundada por empresários em 1986, atua hoje em 11 empresas da região com um capital de 1,5 milhão de dólares. A outra, criada recentemente, foi composta a partir de um grupo de funcionários do Banco do Brasil e pretendia explorar as oportunidades de processamento de lixo. Também existem notícias da formação de mais duas empresas desse tipo em Campo Mourão.

O caso mais famoso de experiências desse tipo é o de Toledo. No entanto, assim como o caso de Lages (SC), há muita apologia ideológica nessa experiência e ainda não há uma avaliação concreta do que isso significou. Todavia são manifestações ilustrativas de um potencial criativo de associações com caráter local.

Um fato novo é a criação da Paraná Empreendimentos S.A., empresa composta a partir da associação dos principais empresários do Paraná Urbano, entre eles o grupo INEPAR e o ex-ministro Karlos Rischbieter. Ainda não se tem claro o que a empresa fará. Sabe-se apenas, por informações divulgadas pelos jornais, que ela vai trabalhar “os grandes projetos de interesse do Paraná” (sic) em associação com o governo do estado. Com poucos meses no exercício do cargo, o então Secretário Estadual de Indústria e Comércio foi exonerado e passou a ser o diretor-executivo da empresa. Além disso, tem sido anunciado que as atividades começarão a partir de projetos, particularmente na área de turismo, para o desenvolvimento da Costa Oeste

(nome que o governo Jaime Lerner dá à parte Oeste do estado banhada pelo rio Paraná, especialmente à parte da represa de Itaipu).

Esse fato, inusitado pelas dimensões com que a empresa está sendo anunciada, levanta duas ordens de indagações: em primeiro lugar, o caráter dessa associação com o Estado, o papel que cada um desempenhará etc.; em segundo lugar, a oportunidade de negócios que empresários desse porte, pertencentes ao Paraná Urbano, estariam vendo na Costa Oeste.

Essa forma de associação de empresários com o Estado já vem de alguma forma existindo em nível municipal, como foi visto nos parágrafos anteriores. A novidade é a sua magnitude. No entanto, algo semelhante existe no estado de São Paulo: é a ADTP, Agência de Desenvolvimento Tietê-Paraná. Essa empresa foi anunciada da mesma forma que a Paraná Empreendimentos S.A., praticamente com as mesmas justificativas e expectativas. Ela está desenvolvendo uma série de empreendimentos ao longo da hidrovia Tietê-Paraná, buscando e conseguindo parceiros internacionais para seus projetos, dentro da perspectiva de que a hidrovia será o principal porto de entrada para o Mercosul. Já é possível chegar através dela até Foz do Iguaçu, onde, efetuado o transbordo, pode-se prosseguir viagem até a hidrovia Paraná-Paraguai, atingindo-se o Atlântico. Toda a safra agrícola ao longo da sua área de influência, dependendo dos custos relativos, poderá, ao invés de ser escoada por Santos ou Paranaguá, ir diretamente até os portos do Prata. Qual seria o destino da Ferroeste, tão cara aos paranaenses, nesse contexto?

Nessa perspectiva, a Costa Oeste passa a ter outros interesses, além de simples projetos turísticos no quadro do Cone Sul. Quem detiver o seu controle estará de posse de uma parcela estratégica desse transporte.

O professor Ignácio Rangel, nos seus últimos anos de vida, argumentava que a atual crise do capitalismo brasileiro decorria do esgotamento da capacidade financeira para investimentos por parte do Estado brasileiro e apontava como saída a transferência de muitos dos serviços públicos para a esfera privada, cabendo ao Estado um papel regulador dessas concessões. O que soava como herético naquele momento é a realidade que estamos vivendo, sem que se tenha claro, porém, o papel regulador do Estado.

Pelo que foi visto aqui, há um enorme potencial realizador entre parcela significativa dos empresários que atuam no Paraná. Resta saber em que medida esse potencial aliado ao Estado poderá ser benéfico aos demais segmentos da população. As implicações dessas novas formas de relacionamento terão ainda que ser conhecidas.

4.2.4 Os demais Segmentos da Sociedade

Uma efetiva participação dos demais segmentos pressupõe antes de mais nada organização. No Paraná Agrobusiness essa organização não é muito clara, mas existe, haja vista as frequentes paralisações de rodovias e cercos ao Banco do Brasil. Essas manifestações são sintomáticas; no entanto, são feitas por quem possui tratores e caminhões. Por outro lado, também são razoavelmente organizados os sem-terra.

No Paraná Urbano, por outro lado, as organizações sindicais, se já eram frágeis, estão no momento passando pela revisão geral decorrente da crise da esquerda mundial. Os movimentos populares também estão sendo afetados por essa crise, bem como pelo enfraquecimento sofrido pelas correntes da Igreja associadas à Teologia da Libertação.

Embora este potencial também seja desconhecido, a impressão que permanece é a da existência de amplos segmentos da população desorganizados e excluídos. O que não chega a ser surpreendente: se, como os indicadores sociais apontam, existe uma grande massa de excluídos economicamente no estado, a exclusão política também deve estar presente.

O mais preocupante, porém, é a aparente inexistência de elementos que permitam a construção de uma identidade paranaense.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procurou-se mostrar como, dentro do processo geral da divisão espacial do trabalho no Brasil, desde os anos setenta foram sendo conformados no território paranaense dois grandes espaços econômicos: um deles na órbita das atividades agropecuárias, que pode ser denominado de Paraná do Agrobusiness, e outro na órbita da economia urbano-industrial do País, que podemos chamar de Paraná Urbano. Cada um deles com a sua dinâmica e interesses específicos.

Procurou-se mostrar, também, que no interior dessas duas órbitas existem subprocessos específicos, ainda não decifrados, que potencializam a divergência de interesses existentes no estado, tornando muito difícil a elaboração de um Projeto Paranaense, capaz de catalisar os esforços necessários para que o Paraná entre com mais representatividade no cenário nacional do terceiro milênio.

Em tais circunstâncias, há que se abandonar por completo a síndrome de “pequeno país” que ainda permeia muitas das políticas e decisões realizadas no estado, por um projeto que, reconhecendo essa segmentação, busque o fortalecimento desses vários espaços nos seus contextos nacionais e mesmo internacionais, deixando de lado, enquanto preocupação obsessiva, a “integração interna” do Estado do Paraná.

Além disso, há que se incorporar na postura dos dirigentes estaduais, enquanto estratégia básica de atuação, a participação efetiva na formulação das políticas nacionais macroeconômicas e setoriais.

No momento atual do federalismo brasileiro, caracterizado por uma particular “política dos governadores”, se esse projeto não for minimamente delineado dentro do estado, fatalmente haverá um esgarçamento de esforços e apenas interesses minoritários serão defendidos. E aí sim o próprio desmembramento territorial do Estado do Paraná passará a ser um cenário possível.

A capacidade técnica para a elaboração do projeto não deverá ser o principal obstáculo. No entanto, a capacidade política para articular todos os interesses em jogo é o grande desafio lançado. Aquele que conseguir liderar a elaboração desse projeto terá o seu nome associado definitivamente a uma nova fase da história paranaense. Quem se habilita?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABLAS, L. A. Q.; CZAMANSKI, S. Agrupamentos e complexos industriais : uma revisão de métodos e resultados. In: LONGO, C. A.; RIZZIERI, J. (1982) **Economia urbana** : localização e relações intersetoriais. São Paulo : USP/IPE, 1982.
- ABLAS, L. A. Q. Desequilíbrios regionais no desenvolvimento brasileiro. In: ROCCA, C. A. et al (Org.). **Brasil 1980** : os desafios da crise econômica. São Paulo : USP/IPE, 1988.
- AUGUSTO, M. H. O. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista** : estudo sobre a CODEPAR. São Paulo : Símbolo, 1978.
- AZZONI, C. R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo, 1985. Tese (Livre Docência), USP/FEA.
- BEM, J. S. et al. **As principais cadeias produtivas na agropecuária paranaense** : diagnóstico prospectivo.

- Curitiba : s.n., 1994. Documento elaborado para subsidiar o Plano do Governo Jaime Lerner.
- BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional : teorias e métodos de análise**. Fortaleza : BNB : ETENE, 1989.
- CARLEIAL, L. M. F. **Observações sobre a concepção de integração do mercado de trabalho no Brasil**. Fortaleza : UFC/CAEN, 1989. (Texto para discussão, 78).
- CARLEIAL, L. M. F. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo : Hucitec : ANPUR, 1993.
- CORAGGIO, J. L. **On social spaceness and the concept of region**. Cambridge : s.n., 1980. Trabalho apresentado no First World Regional Science Congress, Cambridge, Mass.
- DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In: PARA a década de 90 : prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília : IPEA/IPLAN, 1990. v.3, p.161-199.
- GERMER, C. M. Anotações sobre os resultados preliminares do Censo Agropecuário 1985. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.9, n.12, p.1-7, dez.1987.
- GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades regionais e federalismo. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo : FUNDAP : UNESP, 1995.
- HADDAD, P. R. Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional : teorias e métodos de análise**. Fortaleza : BNB : ETENE, 1989.
- HAGUENAUER, Lia et al. **Os complexos industriais na economia brasileira**. Rio de Janeiro : UFRJ/IEI, 1984. (Texto para discussão, 62).
- INDICADORES ECONÔMICOS. Rio de Janeiro : IBGE, jul.1991.
- IPARDES. **Competitividade da indústria paranaense : uma análise setorial**. Curitiba : IPARDES, 1994. Elaborado por UFPR/CEPEC.
- IPARDES. **Diagnóstico da base produtiva do Paraná - anos 80**. Curitiba : IPARDES, 1991. versão preliminar.
- IPARDES. **Paraná: economia e sociedade**. Curitiba : IPARDES, 1982.
- IPARDES. **Projeto de regionalização administrativa**. Curitiba : IPARDES, 1976.

- LEMOS, M. B. **Duas técnicas de análise regional elaboradas a partir de categorias espaciais : a regionalização e o método estrutural-diferencial.** Belo Horizonte, 1991. Tese (Professor Titular), UFMG/FACE.
- LODDER, C. A. Crescimento da ocupação regional e seus componentes. In: HADDAD, P. R. (Ed.). **Planejamento regional : métodos e aplicação ao caso brasileiro.** Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1974.
- LOURENÇO, G. M. Expansão recente da economia paranaense : componentes estruturais e conjunturais. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.17, n.3-4, p.20-25, mar./abr.1995.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos campos gerais. **Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n.3, 1963.
- MAGALHÃES, M. V. A migração no Paraná nas duas últimas décadas : um balanço preliminar. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.14, n.11-12, p.3-9, nov/dez.1992.
- MAGALHÃES FILHO, F. B. B. O novo perfil econômico do Paraná. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre : FEE, v.21, n.3, p.95-102, nov.1993.
- OLIVEIRA, E.; CROIX, M. L. **Áreas industriais : uma proposta de inovação na produção de estatísticas.** Rio de Janeiro : IBGE/DGC/DEGEO, 1994.
- OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita.** Rio de Janeiro : Graal, 1977.
- PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica : o caso paranaense.** São Paulo, 1970. Tese (Doutorado), PUC-SP.
- PARANÁ: DESEMPENHO MACROECONÔMICO. Curitiba : IPARDES, maio 1994.
- RIBEIRO, L. C. **História e memória das elites do Paraná (1930-1960).** Curitiba : UFPR/CMDE, 1995. (Texto para discussão, 6/95).
- RODRIGUEZ, V. Os interesses regionais e a federação brasileira. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.15, n.2, p.338-352, 1994.
- ROLIM, C. F. C. **Crise econômica e sistema urbano : a trajetória espacial da crise brasileira do início dos anos oitenta.** São Paulo, 1990. Tese (Doutorado), USP/FEA.
- ROLIM, C. F. C. O Estado do Iguaçu : tentativa de interpretação do regionalismo no Brasil Meridional. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, 21., 1993, Belo Horizonte. **Anais do...** Belo Horizonte : ANPEC, 1993. p. 215-234.

- ROLIM, C. F. C. Foz do Iguaçu : ensaio interpretativo sobre a formação de um complexo turístico-exportador. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 4., 1991, Salvador. **Anais do...** Salvador : ANPUR, 1991.
- ROLIM, C. F. C. No final das contas como vai o Paraná? **Indústria & Comércio**, Curitiba, 1994.
- ROLIM, C. F. C. **A nova divisão espacial do trabalho no Brasil**. Curitiba : s.n., 1992. Relatório de Pesquisa para o CNPq.
- ROLIM, C. F. C. **O Paraná atual e o próximo quadriênio** : da sociedade que temos para a sociedade que desejamos. Curitiba : s.n., 1994. Texto preparado para seminário com o mesmo nome promovido pela Associação Paranaense de Imprensa.
- ROLIM, C. F. C. **A população brasileira** : crescimento e distribuição espacial nas últimas décadas. S.l. : s.n., 1982.
- ROLIM, C. F. C. **Subsídios para a formulação do Programa de Investimentos na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba : COMEC, 1987.
- SANTOS, C. R. A. **Alimentar o Paraná** Província : a formação da estrutura agroalimentar. Curitiba, 1992. Tese (Professor Titular), Departamento de História da UFPR.
- SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis : Vozes, 1979.
- SOARES, M. D.; AZZOLINI, R. N. Nota sobre os resultados preliminares do Censo de 1991. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.14, n.1-2, p.3-6, jan./fev.1992.
- SOARES, M. D.; MAGALHÃES, M. V. **Resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991 - Paraná**. Curitiba : IPARDES, 1992.
- SOFFIATTI, H.; MARANHO, E. J. Os (des)ajustes do mercado de trabalho urbano nos anos 90. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.14, n.5-6, p.5-9, maio/jun.1992.
- URBAN, M. L. Os novos rumos da agroindústria. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.12, n.2, p.1-3, fev.1990.
- URBAN, M. L.; RAGGIO, N. Z. Complexo soja no Paraná : perspectivas. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.9, n.11, p.3-5, nov.1987.
- URBAN, M. L.; RAGGIO, N. Z. Complexo soja no Paraná : situação atual. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.9, n.9, p.6-8, set.1987.
- VEIGA, José Eli da. A agricultura segundo FHC. **Folha de S. Paulo**, 13 set.1994.
- VOLACO, G. et al. Economia paranaense : desempenho recente e cenários de curto prazo. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.13, n.4, p.1-9, abr.1991.